

IMPRENSA NACIONAL

Novos Rumos da Comunicação Pública
Ano 1 — nº 1 — maio — 2017

DO ANALÓGICO AO DIGITAL

Como a União Europeia encerrou a impressão
e implantou em definitivo o seu
Diário Oficial eletrônico

HISTÓRIA

20 anos da primeira
versão digital do Diário
Oficial da União

MODERNIZAÇÃO

A Imprensa Nacional
em busca de sua
reinvenção

DECRETO — DE 13 DE MAIO DE 1808

CRÉA A IMPRESSÃO REGIA

Tendo-Me constado, que os Prêlos que se achão nesta Capital, erão os destinados para a Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra; e Attendendo á necessidade, que ha da Officina de Impressão nestes Meus Estados: Sou Servido, que a Casa, onde elles se estabelecerão, sirva interinamente de Impressão Regia, onde se imprimão exclusivamente toda a Legislação e Papeis Diplomaticos, que emanarem de qualquer Repartição do Meu Real Serviço, e se possão imprimir todas, e quaesquer outras Obras, ficando interinamente pertencendo o seu governo e administração á mesma Secretaria. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Do Meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros, e da Guerra o tem por encarregado e procurará dar ao serviço a maior extensão, e Hez as Ordens necessarias ao respeito a toda a parte do Meu Reino de Janeiro, em 13 de Maio de 1808 e oito.



Há 209 anos os atos oficiais do
Estado brasileiro ganham vida
na Imprensa Nacional



SERVIDOR,

CONSULTE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS, CADASTRAIS DE FUNCIONAIS DE UMA FORMA PRÁTICA E ÁGIL, POR MEIO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS.

AS FUNCIONALIDADES

- Consulta da prévia do contracheque para que possa verificar antecipadamente se os lançamentos efetuados estão corretos;
- Consulta dos contracheques dos últimos 12 meses, de forma simplificada e detalhada;
- Notificação (push) quando a prévia, o contracheque definitivo e os informes de rendimento estiverem disponíveis;
- Mostra gráficos detalhados dos rendimentos e descontos;
- Consulta dados cadastrais e funcionais; de acordo com o mês selecionado;
- Envio do contracheque por e-mail;
- Consulta, download e compartilhamento dos informes de rendimentos;
- Consulta de férias, de forma simplificada e detalhada;
- Marcação de férias para os órgãos que utilizam o Férias Web (em breve); e
- Consulta e simulação de consignação e autorização de consignatária (em breve).

O aplicativo está disponível para download nas seguintes lojas:



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



Diretor-Geral: Pedro Bertone

Editor: Cristóvão de Melo

Copidesque: Rogério Lyra

REDAÇÃO:

Cristóvão de Melo

Ezequiel Marques Boaventura

Pedro Paulo Tavares de Oliveira

Rogério Lyra

Ana Paula Rodrigues Figueiró (estagiária)

Déborah da Costa Santana Alves (estagiária)

SECRETARIA

Vânia Maria Pinto

REVISÃO:

Demerval Fernandes Dantas

ARTE E DIAGRAMAÇÃO:

Cláudio de Souza

ILUSTRAÇÕES:

Siro Alves da Silva Filho

CARTAS PARA A REDAÇÃO:

Imprensa Nacional – Assessoria de
Comunicação - SIG, Quadra 6, Lote 800
Brasília - DF, 70610-460

E-MAIL:

ascom@in.gov.br

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Imprensa Nacional, ou da Casa Civil da Presidência da República.

É permitida a reprodução da revista, desde que citada a fonte.

IMPrensa NACIONAL – *Novos Rumos da Comunicação Pública* ISSN 2526-6039 é uma publicação produzida pela Assessoria de Comunicação da Imprensa Nacional.



<http://www.in.gov.br>

Carta ao Leitor

É com grande satisfação que trazemos a público a primeira edição da revista *Imprensa Nacional – Novos Rumos da Comunicação Pública*, concebida para ser um espaço de discussão entre governo e sociedade a respeito dos dilemas concernentes à “informação pública oficial”.

A revista aborda assuntos relativos à sociedade da informação e às transformações socioeconômicas, culturais e tecnológicas advindas da revolução digital. Também faz uma reflexão a respeito da inserção da indústria gráfica em um mundo cada vez mais virtual.

O primeiro quarto do Século XXI trouxe rupturas de toda sorte aos variados campos da experiência humana. A tecnologia da informação e comunicação modificou meios tradicionais que, durante todo o Século XX, consolidaram a esfera pública de debates e interações entre Estado e sociedade.

A velocidade das mudanças na era digital impõe reflexões diárias sobre o modo de fazer e transmitir informações. Revistas, jornais e demais impressos, são hoje espectros do que foram em um passado ainda recente.

Os dispositivos móveis de comunicação tendem a substituir a forma de leitura das notícias em meio impresso. O mesmo pode acontecer na educação de massa, pela adoção de aparatos digitais em substituição ao livro de papel. A mudança inexorável também atingiu a maneira de fazer, divulgar e armazenar a informação pública oficial. Na maioria dos países do mundo, as imprensas oficiais já têm suas versões eletrônicas dos jornais. Em muitos deles, a impressão massiva de exemplares em papel já foi abolida.

A Imprensa Nacional, órgão que em 2017 completa 209 anos de vida na história brasileira, tem sua versão digital do *Diário Oficial da União* desde 1997. Vinte anos depois, seu grande desafio é descontinuar a impressão em papel do *DOU* e aprimorar sua edição *on-line*.

A mudança de paradigma do analógico para o digital obriga a Imprensa Nacional a reinventar-se como um órgão público singular, guardião das informações oficiais, que dá sentido às ações do Estado na sociedade brasileira.

A impressão de documentos oficiais em papel não irá acabar. Mas a seleção do que deve ou não ser impresso será cada vez mais criteriosa, tanto pelo aspecto da competição com o digital, como pela necessidade de a sociedade adotar práticas sustentáveis no uso dos recursos naturais.

É nosso desejo que esta revista impressa ou em sua versão digital seja fonte de inspiração para reflexões, discussões, inovações e de implantação de boas práticas nas instituições públicas.

Pedro Bertone - Diretor-Geral

IMPRENSA NACIONAL

Novos Rumos da Comunicação Pública

Ano 1 — nº 1 — maio — 2017

SEÇÕES

7 - SAIU NO *DOU* - Liberdade garantida

10 - ALMA GRÁFICA - Das pinturas rupestres às fontes True Type

19 - CLEPSIDRA - *Diário Oficial da União*, 20 anos on-line

22 - HIPERIDEIAS - Hipertexto, o pilar da Internet

25 - GESTÃO - Novos rumos para as imprensas oficiais

28 - NO PRELO - Tradição e qualidade em serviços gráficos

30 - SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - Na era da comunicação líquida

35 - CULTURA - O ensino encurta distâncias

38 - MEIO AMBIENTE - Aterro sanitário de Brasília sai do papel

DESTAQUES

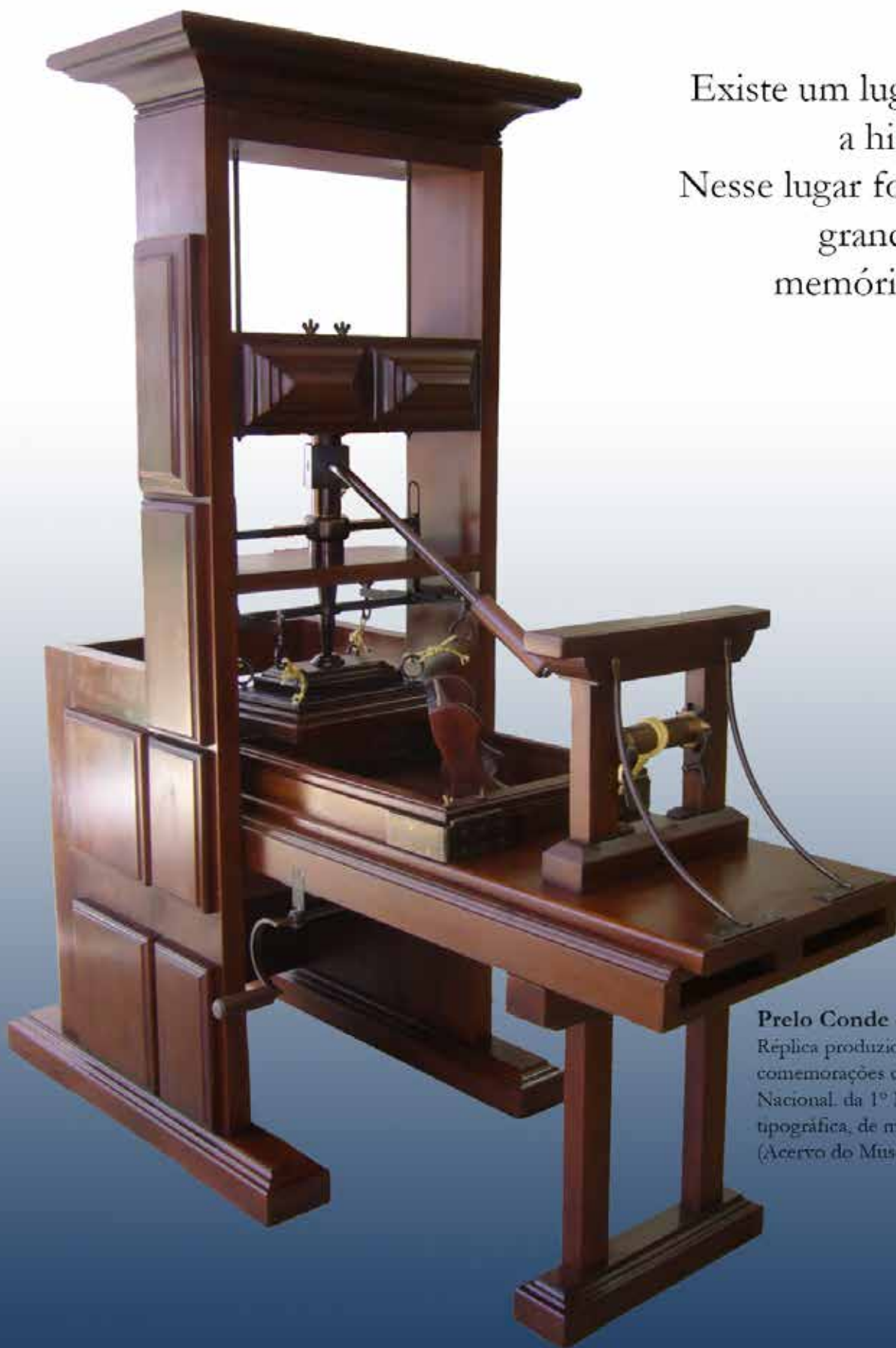
15 - CAPA - Do analógico ao digital: como a União Europeia encerrou a impressão e implantou em definitivo seu Diário Oficial eletrônico (Cristóvão de Melo)

33 - ARTIGO - A Imprensa Nacional em busca de sua reinvenção (Pedro Bertone)

45 - CRÔNICA - O amor nos tempos da cólera na Internet (Pedro Paulo Tavares de Oliveira)

VISITE O MUSEU DA IMPRENSA

Existe um lugar em que
a história vive.
Nesse lugar foi impressa
grande parte da
memória nacional.



Prelo Conde da Barca

Réplica produzida em 2008 para as comemorações dos 200 anos da Imprensa Nacional. da 1ª Máquina de impressão tipográfica, de madeira e bronze. (Acervo do Museu da Imprensa)

MUSEU DA IMPRENSA

Aberto de segunda a sexta-feira (8h às 18h)

(61) 3441-9618 | (61) 3441-9680

museudaimprensa@in.gov.br | <http://portal.in.gov.br/museu> | SIG, Quadra 6, Lote 800 - CEP: 70610-460 - Brasília (DF) - Brasil

Liberdade garantida

Marco Civil da Internet, lei publicada no DOU em 2014 garantiu a neutralidade, a privacidade e a liberdade de expressão na rede mundial de computadores

Por Ana Paula Figueiró

A proposta de regulação da Internet no Brasil surgiu em 2009. Depois de cinco anos de polêmicas e discussões acaloradas – prós e contras –, três deles nas duas casas legislativas, Câmara e Senado, finalmente em 23 de abril de 2014, foi publicada no *Diário Oficial da União* a Lei nº 12.965, o chamado Marco Civil da Internet, que estabelece “princípios, garantias, direitos e deveres” aos usuários do ambiente *online* no Brasil.

No início de 2009, o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) elaborou o documento “Princípios para a governança e uso da Internet”. Após sete audiências públicas realizadas nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste do País, o documento deu origem ao Projeto de Lei nº 2.126, conhecido como o projeto do “Marco Civil da Internet”, que chegou ao Congresso Nacional em 2011. Antes

de chegar ao seu texto final, a lei sofreu várias mudanças no decorrer dos três anos de tramitação até ser aprovada no plenário da Câmara por 17 votos de lideranças partidárias ou de blocos a favor e um único contra. No Senado foi aprovada por unanimidade.

A criação das regras do projeto de lei aconteceu durante quatro consultas públicas, promovidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o CGI.br e o Ministério da Justiça. Debates com a sociedade civil foram realizados na Internet, no blog hospedado na plataforma Cultura Digital (endereço eletrônico: <http://culturadigital.br/marcocivil>) e por meio das redes sociais, com manifestações pela hashtag #marcocivil.

PRINCIPAIS PONTOS DA REGULAMENTAÇÃO

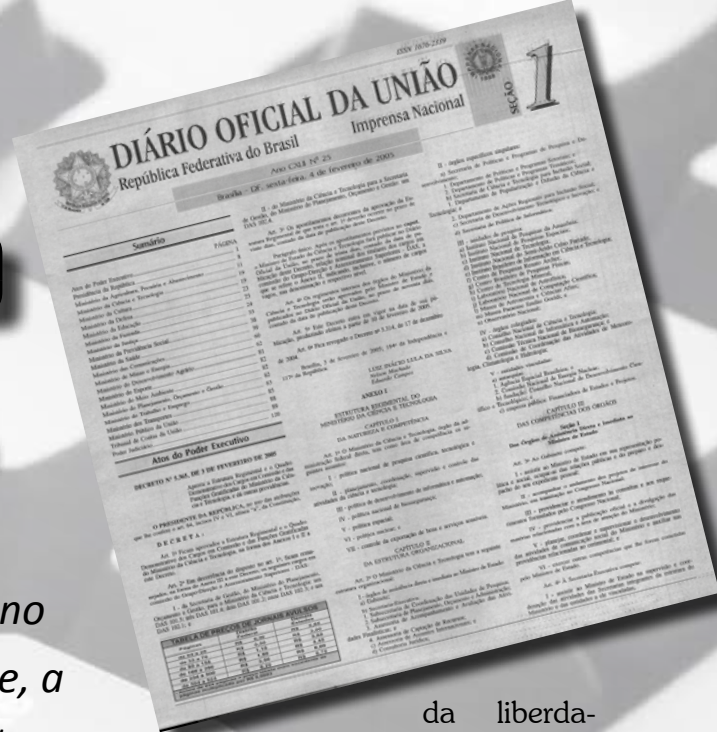
A lei foi estabelecida com três pilares importantes: a neutralidade de rede, a proteção da privacidade e a garantia

da liberdade de expressão. Os pontos mais polêmicos e debatidos nos meios de comunicação, e que ainda geram muita discussão, são o marketing dirigido, a privacidade de dados pessoais, a liberdade de expressão e a neutralidade de dados.

Marketing dirigido: com a lei fica proibida a todos os provedores de serviços a utilização dos dados dos usuários para fins comerciais. O marketing dirigido é produzido com os dados de cada usuário armazenados nos provedores.

Grandes empresas foram contrárias a essa proibição, tais como o Google e o Facebook, que mantinham bancos de dados de seus usuários para acordos comerciais com outras empresas, por meio da utilização de informações trocadas e salvas pelos internautas, para direcionar publicidade de lojas ou de serviços.

Privacidade: as empresas de telecomunicações desfrutavam de liberdade de tratamento dos dados pessoais dos seus clientes, o que poderia trazer riscos aos seus usuários. Tinham total domínio sobre as informações. Tudo o que era





Deputados no plenário no dia da votação do Marco Civil da Internet - Luis Macedo / Câmara dos Deputados (25/03/2014)

feito pelos clientes na Internet poderia ser gravado, guardado e até vendido para outras empresas sem permissão prévia.

Com o Marco Civil, provedores de conexão deixaram de poder salvar os dados de acesso por mais de um ano, e os provedores de aplicações de serviço não o podem por mais de seis meses. Como também nenhuma empresa está autorizada a utilizá-los ou vendê-los, sem que isso seja especificado no contrato assinado pelo cliente, conhecido como “Termo de uso e serviços”. A guarda de registros deve ser feita de forma anônima, pelo armazenamento apenas do IP (*Internet Protocol*) do usuário, que é o número recebido pelo computador, quando se conecta na *web*.

Liberdade: com a ideia de liberdade de expressão, o marco regulamenta que nenhum provedor de conexão à Internet pode retirar algum conteúdo da rede mundial de computadores sem ação judicial. Em casos de crimes cibernéticos (crimes co-

metidos no meio digital), as provedoras de Internet só serão responsabilizadas se descumprirem ações judiciais.

Os provedores não são responsáveis pela forma de uso dos seus usuários ou por publicações realizadas por terceiros. “O Marco Civil veio trazer segurança jurídica ao estabelecer claramente que o provedor, intermediário nesse caso, seja um grande provedor ou pequeno empreendedor, não é responsável pelos

viços ou de conexão.

Neutralidade de dados: o mais polêmico dos termos discutidos é o princípio de neutralidade imposto pela lei, que traz algumas proibições que afetaram as empresas e seus acordos comerciais. O art. 9º reza que “o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção de conteúdo, origem e destino,



Manifestantes na Câmara dos Deputados exibem faixa que pede aprovação do Marco Civil. - Fabio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil

atos ilícitos praticados por seus usuários”, reforça Thiago Tavares, representante do CGI.br. O internauta é o responsável final por esses atos ilícitos, e não os provedores de aplicações de ser-

viço, terminal ou aplicação.”

Pelos incisos deste artigo, fica subentendido que nenhuma empresa pode oferecer planos de Internet diferenciados, como pacotes apenas para redes sociais



Thiago Tavares – Advogado representante do CGI.br Divulgação / CGI.br.

Para Thiago Tavares, advogado representante do CGI.br, “o Marco Civil da Internet inovou ao prestigiar o CGI.br como uma instância de formulação de normas para o desenvolvimento da Internet no Brasil, sendo a primeira lei aprovada no País, que cita expressamente o comitê, atribuindo a ele um papel fundamental nas discussões de políticas e no estabelecimento de diretrizes”, destaca. Segundo Tavares, o principal ganho da lei é trazer segurança jurídica para as relações comerciais, ou de qualquer tipo, entre as comunidades que se formam na Internet brasileira.

SAIU NO DOU - LIBERDADE GARANTIDA

ou para vídeos. Os pacotes de *WhatsApp*, *Twitter* e *Facebook* grátis, conhecidos como *zero rating*, nos quais o consumidor não paga nada para usar, deveriam ter acabado. Mas mesmo depois da legislação, a maioria das empresas telefônicas brasileiras ainda promove esse tipo de serviço. Portanto, quaisquer tipos de conexões deverão ser oferecidos na mesma velocidade. Isto é, o usuário pode utilizar toda sua velocidade contratada, sem se preocupar com o *traffic shaping* (modelagem de tráfego), que é quando a operadora de Internet limita a velocidade em algum serviço como *download* ou reprodução de vídeos.

Os usuários poderão utilizar o seu pacote de dados contratado para todos os tipos de serviço. A possibilidade de as empresas ofertarem o acesso gratuito às redes sociais acabou, assim como também terminaram as cobranças indevidas por acessos a mídias sociais (como *sites* de notícias, *blogs*, entre outros), que, anteriormente, poderiam ter valores cobrados a mais no preço do pacote contratado. Permanece, então, a determinação de que nenhuma empresa de telecomunicação poderá cobrar dos seus clientes por tipo de serviço utilizado, como cobrar mais de quem joga *on-line* ou acessa vídeos.

O DEBATE HOJE

Os resultados do Marco Civil da Internet podem não ter agradado a todos, mas consolidaram um grande avanço para o País, que carecia de uma legislação para o setor. A liberdade de expressão foi garantida, mas

os internautas terão que arcar com a responsabilidade de seus atos. A proteção contra danos aos dados dos usuários é outra garantia em vigor. E os que cometerem crimes na internet estarão sujeitos a receber penas e punições mais severas.

Hoje, podemos acompanhar as últimas notícias a respeito do assunto no *site* do Observatório do Marco Civil da Internet (OMCI) – endereço eletrônico: <http://www.omci.org.br>. O *website* tem objetivos acadêmicos, sem vínculos político-partidários, e foco principal na evolução do tema diante das principais decisões judiciais nacionais, incluindo os rumos tomados pela jurisprudência, sem, no entanto, comentar especificamente os casos concretos e/ou decisões relacionadas. Um dos assuntos destacados no *site* nos últimos meses é o de cibercrimes (crimes de caráter financeiro, estelionatos e as ações difamatórias dos *haters*, crescem com rapidez e frequência na *Web*). Apesar de não ter um artigo específico para os crimes, a Lei nº 12.737/2012 prevê punições para qualquer tipo de infração no meio eletrônico.



Físico britânico Tim Berners-Lee idealizador da *World Wide Web* (WWW/Internet)
Knight Foundation / Internet Flickr

LIMITAÇÃO DA INTERNET BANDA LARGA

Desde o ano passado, rumores de um possível limite de franquia na Internet fixa vêm atormentando os internautas brasileiros. A preocupação dos usuários é que, se adotado, o limite vai favorecer apenas as empresas, porque não haveria uma mudança justa nos preços. Tal medida feriria a neutralidade da Rede, garantida pelo Marco Civil, que instaura uma Internet igualitária, sem distinção de tráfego.

Algumas operadoras do Brasil já utilizam as franquias com limite de dados para internet móvel. Quando o consumidor chega ao limite de dados contratado, o acesso é cortado, até a próxima data de renovação, que ocorre a cada 30 dias. Se o limite de dados for aplicado na Internet fixa, o usuário sem condição de comprar pacotes adicionais terá de aprender a controlar o consumo. Isso criaria uma divisão na Internet entre pobres e ricos, porque só utilizaria mais quem tivesse condições de pagar por mais. Serviços de *streaming* como *Netflix*, *YouTube* e *Spotify* seriam prejudicados, pois o usuário pode ter que reduzir o tempo de utilização para conseguir manter a Internet até o final do mês.

Criador da *World Wide Web*, o físico britânico Tim Berners-Lee divulgou uma carta aberta na *web* apoiando aprovação da lei brasileira. Segundo Berners-Lee, “o projeto de lei reflete a Internet como deveria ser: uma rede aberta, neutra e descentralizada, em que os usuários são o motor de colaboração e inovação.”

CARA E DE BAIXA QUALIDADE

A internet banda larga no Brasil ainda é considerada cara e de baixa qualidade para os consumidores. Segundo um levantamento realizado pelo economista e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Samy Dana, em parceria com o graduando em economia pela Universidade Federal de Viçosa (UFV-MG), Victor Can-

dido, ela é considerada a segunda mais cara entre os 15 países pesquisados, perdendo apenas para a Argentina.

Mesmo com os preços altos, o valor médio pago pelos brasileiros em assinaturas de banda larga fixa baixou 71,7%, segundo o Relatório Anual da Anatel de 2015.

ALMA

GRÁFICA

DAS PINTURAS RUPESTRES às Fontes *True Type*

Por Ezequiel Marques Boaventura

Helvetica, Times New Roman, Bold, Calibri, Arial, Century, Bodoni, Baskerville etc. À primeira vista, os nomes citados acima soam estranhos e desconhecidos para as pessoas que não fazem parte do ambiente jornalístico, da área gráfica ou daqueles que lidam com projetos de design gráfico, produção de textos, apresentações, website, enfim, do mundo da comunicação escrita e da produção gráfica. Para o profissional da comunicação, seja ele um jornalista, publicitário, designer gráfico, programador visual ou editor, trabalhar com as fontes de textos faz parte da sua rotina de trabalho.

Quem fica diante do seu computador de mesa, ou mesmo um *tablet*, *notebook*, telefone celular, tem à sua disposição um número incontável de fontes que são as diferentes formas dos caracteres usados pelo computador para digitar um texto. Mas será que alguém já se perguntou de onde surgiram, quem foram os inventores, quais as primeiras letras e os tipos móveis usados na história da indústria gráfica, como eram feitas as cópias dos textos para ser impressos, até chegarmos às fontes *True Type* usadas nos modernos e práticos computadores pessoais?

Para conhecermos a história dos tipos móveis, desde a sua origem, a evolução e o uso em escala mundial, precisamos voltar muito, mas muito no tempo e saber de início como surgiram as letras, os tipos móveis, a tipografia e os primeiros tipos fundidos.

A história do surgimento das letras

O saber humano usa a língua como expressão falada ou escrita. Cada povo tem um idioma diferente, variando por meio da evolução peculiar de cada um, inclusive em sua representação gráfica. No mundo ocidental, essa evolução deu-se por meio do alfabeto, inventado pelos fenícios, passando, depois, pelos gregos e, em seguida, pelo Império Romano. Antes, a comuni-

cação humana era feita por intermédio do desenho de forma rudimentar. Em um primeiro momento, o ser humano se valeu dos hieróglifos, como no Egito ou no México, gravados ou esculpidos nos monumentos, ou por meio dos caracteres cuneiformes da civilização mesopotâmica.

Desse modo, podemos resumir de maneira elementar a evolução da escrita em uma linha temporal de 3 etapas: a) pitografia: consiste em desenhos de figuras rudimentares usada pelo homem primitivo para fixar nas paredes das cavernas seus principais feitos, como caças, objetos de uso pessoal com o máximo de realidade possível; b) ideografia: técnica de fixação das ideias por meio dos símbolos. Como exemplo, temos a lua e as estrelas que simbolizam o mês, um olho a vigilância, o desenho do Sol, mostrando o intervalo do dia e da noite; c) representação fonética: aqui as figuras lidas evocam um sentido acompanhado da expressão sonora.

O princípio formador das escritas fonéticas sugeriu a decomposição da palavra em sílabas, isto é, conjunto de sons. Na Mesopotâmia, originou-se o mais antigo sistema silábico, o cuneiforme, cujo nome deriva de seus caracteres em forma de cunha. A palavra alfabeto, por sua vez, é composta dos nomes das principais letras gregas, alfa e beta, que se originaram dos símbolos de



cabeça de boi (Aleph), representando o som A, e o símbolo de casa (Beth), representando o som B, do alfabeto fenício.

Devemos aos fenícios o privilégio de substituir os complicados signos gráficos por letras, o que deu origem ao alfabeto, responsável em tornar possível as combinações. O mesmo símbolo representava sempre o som idêntico em qualquer palavra, uma espécie de estenografia (escrita abreviada e simplificada, na qual se empregam sinais que permitem escrever com a mesma rapidez com que se fala) imaginada pelos fenícios.

A história da tipografia e os primeiros tipos fundidos

A técnica da tipografia consiste em produzir textos em tipos, ou seja, caracteres, ou, ainda, a arte de compor e imprimir em tipos. A história da criação da tipografia tinha um fim comercial: a concorrência com os copistas, que eram pessoas de extrema paciência que recopiavam livros com dedicação extrema. Por mais paciência e dedicação que essas pessoas tivessem, o processo era demorado e trabalhoso, sem contar que eram insuficientes para a produção em larga escala.

Era preciso e indispensável produzir livros em quantidade, de modo que eles ficassem ao alcance de quem deles precisasse. Busca-

ram-se novos meios de produção e a xilogravura, que utilizou pranchas de madeira levando letras gravadas em relevo, foi o primeiro processo adotado. Ele já era conhecido e utilizado pelos chineses desde antes de Cristo, para suas reproduções.

A técnica de xilogravura imprimiu várias obras. No começo, eram ilustrações com pequenas legendas explicativas, depois vieram os livros, com poucas folhas, impressas só de um lado, por causa da grande pressão exercida para a reprodução. Tintava-se a prancha, depois era aplicada sobre ela uma folha de papel ou pergaminho e passava-se uma escova a fim de obter-se aderência suficiente.

No início do século XIV, na Holanda, são encontradas as primeiras obras impressas em xilografia, entre elas as gramáticas de Hélio Donato, que viveu no século IV d.C. Esses impressos xilografados ganharam o nome de *donatus* em homenagem ao autor.

A invenção dos tipos móveis

Os historiadores consideram a invenção e a difusão da prensa móvel pelo alemão Johannes Gensfleisch Gutenberg, por volta de 1440 – 1450, como o acontecimento mais influente do segundo milênio, inaugurando a Idade Moderna. Embora a genialidade de Gutenberg em inventar a prensa móvel seja um marco na história da humanidade, é bom frisar que, no ano de 1041, mais de quatro séculos antes dos europeus, o chinês Pi-Cheng usou a porcelana moldada em formas de ferro para moldar letras. Depois, os chineses, para o mesmo fim,



Fonte gótica decorada

utilizaram a madeira. Por volta do ano de 1043, o rei coreano Tsai-Tung mandou fundir tipos em bronze com punções gravadas em madeira de bambu e com as matrizes feitas em areia.

Os caracteres usados por Gutenberg eram do estilo gótico, empregados com a preocupação de fazer com que os compradores acreditassem que os primeiros livros impressos eram manuscritos.

A técnica de obtenção de um caractere era feita por meio de uma matriz gravada em oco, isto é, disposta no fundo de um molde, no qual o metal fundido enviado por pressão originava em relevo a letra invertida, constando a altura do tipo, a espessura e o corpo definido.



Tipos móveis

ALMA GRÁFICA - Das pinturas rupestres às fontes True Type



Tipos para punção

Esse foi o princípio da fabricação de cada letra, algarismo ou sinal. Foram usados vários meios para estabelecer as matrizes. Considera-se a gravura em relevo sobre punção como a técnica mais antiga.

A punção é uma haste de aço doce, e em sua extremidade o gravador vai reproduzir a letra a gravar. Terminado o processo, é levado ao fogo para endurecer e colocado num balancim, para fe-

rir um bloco de cobre e obter uma matriz oca, que finalmente é devidamente retificada.

Esse processo foi modernizado depois com a introdução de uma máquina de gravar de alta precisão, equipada com um pantógrafo que permitiu aumentar ou reduzir o tamanho das letras para qualquer corpo, com rapidez e precisão. Uma característica comum aos gravadores-tipógrafos dessa época era o real temperamento artístico, isto é, além de pacientes e detalhistas, eram precisos naquilo que faziam.

Primeira máquina fundidora

A primeira máquina fundidora foi inventada em 1840 pelo americano de origem escocesa, David Bruce, nascido no Brooklin em 1801. Bruce teve a ajuda do mecânico dinamarquês Brandt. Esse equipamento ganhou sucessivos



Técnica de fundição

aperfeiçoamentos feitos por mecânicos especializados de diversos países. Por volta de 1873, o francês Augusto Foncher fabricou a máquina automática de fundir caracteres, chamada Universal. Era capaz de produzir 80.000 tipos por dia, de todos os corpos, com perfeição. Depois da máquina de Foncher, outras foram inventadas de modo a atender às demandas de consumo.

OS TIPOS ROMANOS

Diversos pesquisadores colaboraram para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos primeiros tipos fundidos. Em 1645, na Itália, os tipógrafos Conrad Sweynheim e Arnold Pannartz introduziram, numa tipografia fundada nesse país, uma variação do tipo gótico, que apresentava certa semelhança com o tipo romano que surgiria pouco depois. Por volta de 1470, o gravador Nicolas Jenson, após visitar gráficas na França, instala-se em Veneza e cria o tipo romano, por ser a interpretação perfeita das letras romanas.

Em 1494, Aldo Manucio, impressor veneziano, chama-o *O Velho*, inventou o caractere itálico, ligeiramente inclinado para a direita, que se difundiu rapidamente. Deu-se esse nome em oposição à palavra romano de estilo antigo veneziano. Depois, o romano de estilo antigo veneziano foi seguido pelos franceses Claude Garamond, Janor e Grandjean, no século XVI, e pelo anglo-holandês William Caslon, em 1734. Entre 1480 e 1561, Claude Garamond criou o tipo antigo romano, que reunia beleza, elegância e simplicidade. Os tipos gravados por Garamond, por apresentarem perfeição, espalharam-se por toda a Europa e geraram muitos imitadores que provocaram alterações em sua forma.

Na segunda metade do século XVIII, Philippe Grandjean criou o romano do rei, que, depois, foi aperfeiçoado pelo seu discípulo Luiz Luce. Logo depois, os impressores holandeses Elzeviers criam seus tipos que levam seus nomes e tinham além de muita beleza, equilíbrio e legibilidade. Os tipos originários dos romanos receberam a designação de família elzevier, em homenagem aos impressores holandeses. Por volta dos anos 1700, o caractere de Grandjean foi melhorado por Pierre Didot e finalizado por Firmino Didot em 1783. O tipo didot apresenta-se em 1722 e seu criador, Guilherme Caslon, foi um célebre gravador de letras nascido na cidade inglesa de Cradley, Inglaterra, em 1672.

Tivemos ainda na Inglaterra, João Baskerville, contemporâneo de Luce. Baskerville, um impressor notável, autodidata, que aprendeu por conta própria a sua profissão, além de fundir as letras, fabricava as tintas e o papel para as suas edições. Criou o tipo baskerville, muito admirado e reproduzido. Faleceu em 1775, na cidade de Birmingham. Al-

guns anos depois, Giambattista Bodoni criou um caractere semelhante ao didot francês, que dominou completamente a Europa. Esse tipo foi uma estilização muito pessoal e original do romano, seguindo as características de Barkerville.

Vale ressaltar que o estilo romano moderno apresenta diferenças entre suas hastes e serifas e apresenta uma aparência mecânica com seus traços uniformes e geométricos. Sendo assim, vimos que os tipos romanos apresentam uma grande classe que se subdivide em dois grupos: o romano antigo e o romano moderno. No antigo, encontram-se os tipos romanos do subgrupo veneziano, representado pelo tipo gloter e o subgrupo francês, representado pelo tipo garamond, do estilo antigo, no qual se distingue um maior contraste e maior graça.

Gótico
Romano
Itálico
ROMANO ANTIGO
Garamond
Romano do Rei
Elzevier
Didot
Baskerville
Bodoni

O Tipo Móvel

Um objeto simples, constituído de um bloco de metal com seis faces paralelas, duas a duas, que variam segundo o corpo e a forma gráfica. Assim, podemos definir o tipo ou caractere, essa peça usada para impressão na história da indústria gráfica. Na posição em pé, o tipo tem na parte superior a face e na inferior a base ou o pé, onde fica assentado. Nos extremos, localiza-se o tronco. Num dos lados, a guia (pequeno rego disposto no sentido da espessura da letra). Na face do tipo, está o caractere propriamente dito em posição mais elevada. A superfície é chamada de olho e, por fim, temos o espaço compreendido entre a face do olho, que é chamado de relevo ou pescoço.

Outra técnica que ajudou e modernizou os recursos tipográficos foi a adição do estanho à liga de chumbo e antimônio criada pela Sociedade Gutenberg-Fust-Schoeffer, obtendo, assim, a liga ideal para a confecção de todo o material tipográfico. As qualidades dessa liga são caracterizadas pela estabilidade para conservar os tipos sem deformação, dura para evitar esmagamento e tenaz para não permitir que os contornos venham a quebrar.

Coube à Sociedade Gutenberg-Fust-Schoeffer o pioneirismo de fundir os primeiros tipos. A técnica consistiu em fazer letra por letra, derramando-se a liga metálica no molde areia, no qual encontrava-se a matriz gravada em oco. Diariamente, produziam-se, em média, 3.000 tipos.

A escolha do tipo tem uma importância grande para a composição gráfica. Afinal, ao imprimir-se a palavra escrita, busca-se interpretar, com a maior fidelidade possível, o seu sentido expressivo. Ao se publicar um livro, folheto, jornal, texto publicitário, enfim, qualquer trabalho impresso, a escolha da tipografia tem uma importância fundamental na qualidade da publicação.

O tipo, além de ser claro, simples e facilmente legível, deve ter seu tamanho relacionado com a superfície que ocupa. Outro ponto importante a ser levado em consideração é a disposição no texto, pois essa dará o destaque de acordo com

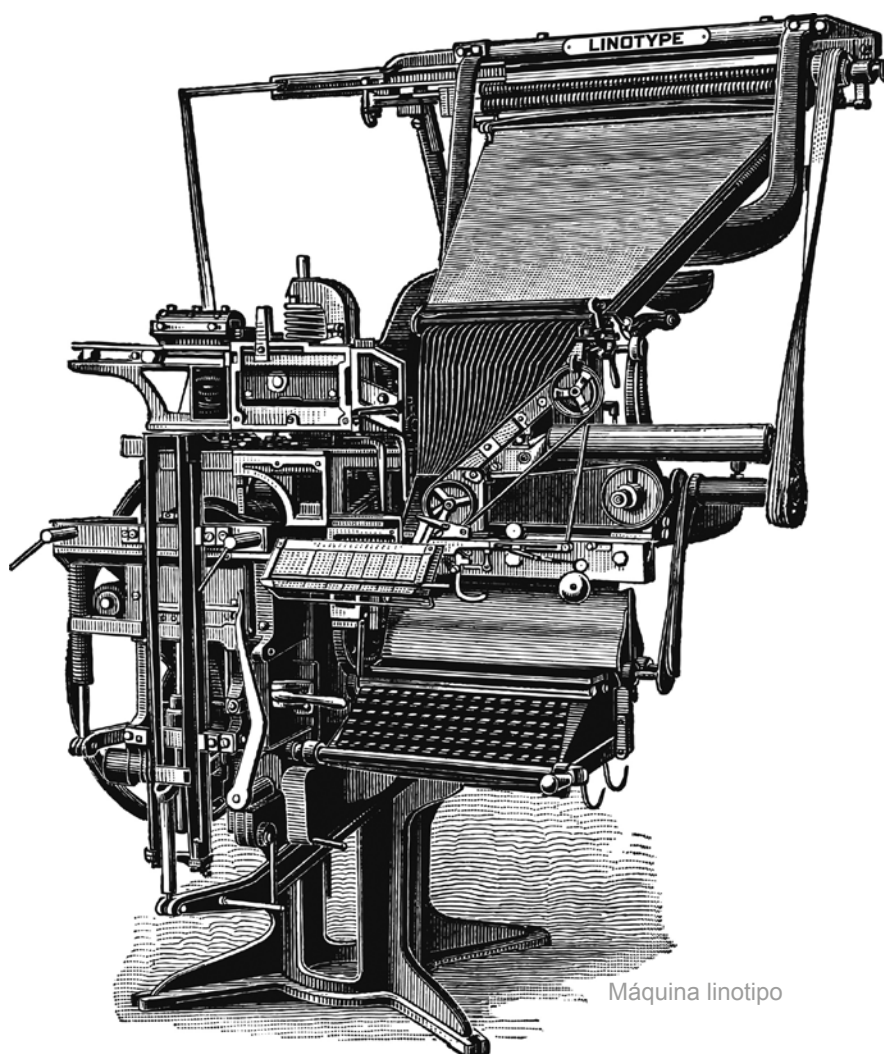
o interesse dos títulos em contraste e harmonia com os espaços destinados a brancos e margens. Na escolha da família ou famílias de caracteres para expressar o estilo do texto, podemos usar tipos leves e pesados, masculinos elegantes e rígidos, graves, sérios e frívolos.

A máquina linotipo revoluciona a indústria gráfica

Uma mudança de paradigma no ramo de publicações e na educação aconteceu em 1884, quando o imigrante alemão Ottmar Mergenthaler, nascido na aldeia de Ensingen em 1854, inventou, em Baltimore, nos Estados Unidos da América, a máquina de composição de tipos de chumbo, a linotipo. Por meio desse equipamento, a tipografia ganhou um recurso fantástico em relação à maneira de compor os textos. Antes da linotipo, na tipografia tradicional, o texto era composto a mão, juntando-se os tipos móveis um a um. Com a linotipo, tornou-se possível compor uma linha inteira de texto. A linha tão logo batida no teclado da máquina era, imediatamente, fundida e integrada na composição de colunas e de páginas.

Com esse feito, a linotipo proporcionou à indústria gráfica um aumento de produtividade, pois um operador de linotipo compunha o equivalente a sete ou oito compositores manuais. Graças ao invento de Mergenthaler, a publicação de jornais e revistas expandiu-se rapidamente, sem contar que antes da invenção da linotipo os periódicos em geral eram escassos, finos e caros. A mesma situação acontecia com a impressão dos livros didáticos, que era bastante dispendiosa e seu manuseio passava de geração a geração. Com a invenção da linotipo, a grande imprensa cresceu em todo o mundo. Já os compositores manuais mudaram-se aos poucos para as máquinas. Nascia, então, a especialidade de compositor mecânico ou linotipista.

A indústria gráfica não parava de ter avanços técnicos. Foi no século XIX que a indústria gráfica tomou corpo e moldou-se aos padrões que hoje conhecemos. Nessa época, surgiram os produtos impressos mais significativos, bem como as maiores inovações tecnológicas do ramo. Fotografia, rotativas, jornais e revistas



Máquina linotipo

ALMA GRÁFICA - Das pinturas rupestres às fontes True Type

foram apenas algumas das novidades gráficas desse século. Vale destacar o avanço da fotografia na indústria gráfica para reprodução de imagens em artes gráficas, como a retícula e a seleção de cores. Outra técnica que proporcionou um aumento da qualidade visual dos textos impressos foi a difusão, na década de 1960, da fotocomposição de textos.

A década de 1970 presenciou a introdução dos meios digitais nas artes gráficas. Mas foi somente no fim da década de 1980 que as estações de *desktop publishing* (editoração eletrônica) permitiram e introduziram, no universo das artes gráficas, inúmeros recursos. *Scanners*, máquinas fotográficas e uma série de aparelhos periféricos permitiram uma melhora sem precedentes na qualidade das imagens impressas. Com a digitalização dos meios de criação e produção gráfica, a indústria da impressão ganhou um acervo de recursos ilimitados.

Fontes True Type, quando a criatividade e o computador trabalham juntos

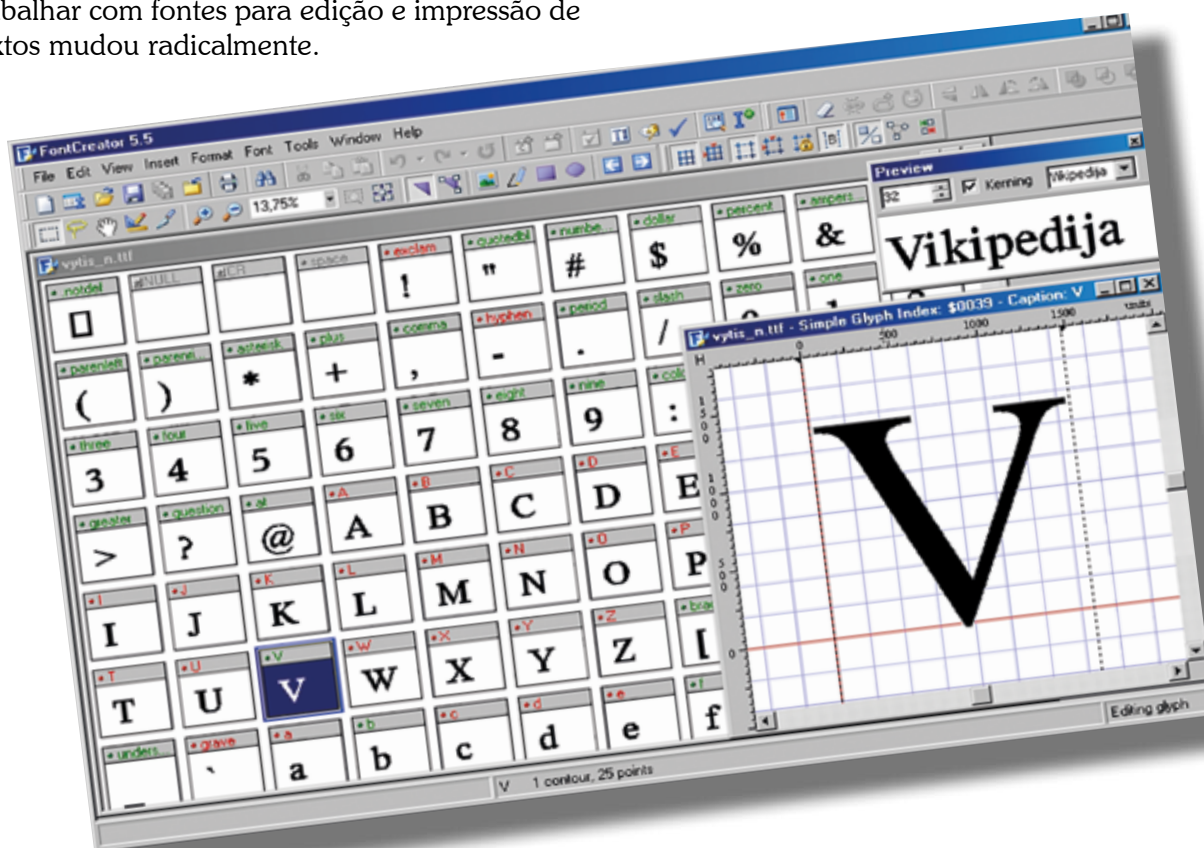
Nos anos 1980, começou a popularização dos computadores pessoais em todo o mundo. Esses passaram a ser utilizados nas mais diversas funções, antes realizadas de modo analógico, como a edição de textos. A chamada revolução digital quebrou todos os paradigmas da impressão tradicional, cujos princípios mantinham-se dentro de uma curva evolutiva desde Gutenberg. De um momento para outro, a forma de trabalhar com fontes para edição e impressão de textos mudou radicalmente.

No final da década de 1980, as chamadas fontes de letra *True Type* foram desenvolvidas pela empresa *Apple* para o *Macintosh*, o primeiro computador pessoal a utilizar em escala comercial a interface gráfica como forma de interação entre o usuário e a máquina.

Para se entender a ruptura representada pela invenção das fontes *True Type*, é preciso lembrar que os primeiros programas de edição de texto, que já constituíam um rompimento com a forma secular de produzir documentos escritos, não exibiam em tela aquilo que seria impresso. Existiam as chamadas fontes *Post Script* da empresa *Adobe* que eram exclusivas dos periféricos de saída (as impressoras). seja, a fonte *True Type* proporcionou ao usuário a possibilidade de visualizar seu trabalho antes da impressão final, pois essas fontes podiam ser redimensionadas a qualquer tamanho e ser impressas como apareciam na tela.

Quando a *Microsoft* adotou o padrão *True Type* em seu sistema operacional de interface gráfica, o *Windows 3.1*, este tipo de fonte passou a ser o mais utilizado nos computadores pessoais no mundo inteiro.

Tipologia moderna por meio de computador em *software* específico para edição de caracteres





Do analógico ao digital

Como a União Europeia encerrou a impressão e implantou em definitivo o seu Diário Oficial eletrônico

Por Cristóvão de Melo

Durante três séculos, a divulgação por meio de um periódico oficial impresso em papel foi a forma utilizada pelos estados-nações europeus para fazer valer seus atos públicos. Em 2013, mesmo tendo apenas 60 anos de vida, o *Official Journal of the European Union* (Jornal Oficial da União Europeia), criado em 1952, interrompeu sua publicação em papel, migrando para a versão digital.

Em 1º de julho de 2013, a União Europeia (UE) estabeleceu a versão digital do diário como o único instrumento a conferir validade jurídica aos atos oficiais da comunidade. O portal recebe mensalmente cerca de seis milhões de visitantes.

Como toda publicação impressa, o Jornal Oficial da UE também foi afetado pela revolução digital, que modificou os paradigmas da produção gráfica a partir dos anos 1980. Com a popularização da internet, o Serviço de Publicações da UE colocou na *web*, em 1998, a primeira versão eletrônica do diário oficial, porém, ainda, sem valor legal. Só a partir de 2009, o Serviço de Publicações iniciou um processo de transição para descontinuar a versão impressa do periódico e implantar definitivamente o formato digital como forma única, legalizada e com fé pública, de acesso às informações oficiais.

Martine Reichert¹, ex-Diretora-Geral do Serviço de Publicações, explica como foi o processo de transição: “Em apenas poucos anos, o Serviço de Publicações se transformou de uma organização baseada na impressão em papel em um centro de expertise em gerenciamento de informação digital, cobrindo as diferentes fases do ciclo de vida do conteúdo: produção, estruturação, disseminação, acesso e preservação de longo prazo”.

Na mudança para o formato eletrônico, o Jornal Oficial da UE não se apresenta em colunas de texto, como normalmente se dá em periódicos tornados digitais, pela simples conversão em formato PDF. O Serviço de Publicações deu ênfase à construção robusta de um padrão de

metadados e de certificações. Desse modo, simplificou a navegação e o acesso à legislação. Para adotar esse padrão, foi levada em conta a crescente importância da codificação e da consolidação, bem como a publicação da legislação em dados abertos, intensificando, assim, as possibilidades de transparência e reuso.

Uma fonte robusta e de fácil acesso

O Eur-Lex é o portal do Serviço de Publicações no qual se encontram o Diário Oficial da UE e outras publicações. Está baseado em um repositório de conteúdos e metadados chamado CELLAR, cuja base de dados é atualizada diariamente e contém mais de um milhão de itens (unidades documentais), sendo os mais antigos do ano de 1952. O número multiplicou-se para oito milhões quando são levadas em conta as versões disponíveis em diferentes idiomas. Cada documento é apresentado com metadados analíticos (referências de publicação, datas, palavras-chave), organizados sob diferentes abas, tais como: texto; informações a respeito do documento; processo; síntese da legislação. O usuário pode customizar sua pesquisa, salvá-la em várias línguas e diversos formatos, ter acesso a um sistema de recebimento de notícias selecionadas, entre outras funcionalidades. Tudo isso é possível, graças à implantação de um modelo baseado em dados abertos e voltado às necessidades de facilitação contínua do acesso aos atos legais da UE.

A equipe que implantou a digitalização do Jornal Oficial da UE teve muita clareza em perceber que, nos dias de hoje, é praticamente impossível a

sobrevivência dos periódicos oficiais (jornais e gazetas) em formato distinto dos *websites* onde esses são publicados. Nesse sentido, a escolha da UE de um modelo que dá ênfase à indexação de metadados, à classificação bibliográfica, à taxonomia dos documentos – mais que à diagramação “estética” tradicional de um jornal – é coerente com a necessidade do usuário moderno, que deseja ter a informação disponível e de forma instantânea, em qualquer plataforma (*desktops*, *notebooks*, *celulares* e *tablets* etc.), lugar e momento. Dessa forma, o jornal oficial da UE é, hoje, um *case* a ser estudado e, se possível, adotado pelos órgãos de imprensa oficiais ao redor do mundo que almejem evoluir para o formato eletrônico.

Apesar do sucesso refletido na aceitação do público, o processo de digitalização traz questionamentos profundos para o próprio formato de edição diária dos jornais oficiais. A tecnologia já permitiria, hoje, que cada ato pudesse entrar em vigor, a partir de sua validação no processo de publicação eletrônico, o que eliminaria a necessidade de um fechamento tradicional de edição de jornal. Esse modelo se utilizava quando havia necessidade de determinar a imagem do que seria impresso em papel, para configurar as máquinas gráficas.

O estudo do caso europeu demonstra que a informação oficial no Século XXI independe de um suporte físico, como no passado foi o papel, e que a nova realidade se impõe inexoravelmente às organizações responsáveis por editar, publicar, preservar e dar acesso, com segurança, aos atos públicos.

(1) The authentic e-Official Journal of the European Union – one year on (artigo de Martine Reichert apresentado no 80º Congresso Internacional da Federação Internacional de Associações de Bibliotecários (IFLA) em Lyon, França, em 2014.

Uma breve história da União Europeia

A União Europeia, confederação de países do velho continente, teve seu embrião em 1953, no tratado de cooperação comercial sobre o carvão e o aço, assinado entre a Alemanha Ocidental, a França e a Itália. O acordo buscava resolver os desentendimentos referentes à disputa pelo uso de recursos naturais na zona de fronteira entre Alemanha e França, após a Segunda Guerra Mundial.

Com o passar dos anos, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Ceca) deu origem, pela junção com dois blocos semelhantes, à Comunidade Econômica Europeia (CEE), criada em 1957 com o intuito de estabelecer um mercado comum entre os países participantes. Em 1992 a CEE mudou de nome para União Europeia (UE), cuja forma de organização supranacional extrapolou em muitos aspectos o caráter comercial da comunidade, tendo efetivado em diversas esferas esta expansão.

Desde o início de sua criação, em 1953, o alto nível de complexidade da União Europeia exigiu de seus membros, adesões às legislações e regulamentações unificadoras, desde procedimentos burocráticos, normatizações técnicas, regulações comerciais e empregatícias, até a movimentação dos cidadãos, dentro da comunidade. Um dos marcos do processo de consolidação da UE foi a unificação da moeda, com a criação do Euro, adotado pela maioria dos países-membros, a partir de 1998.

Em síntese, a consolidação da UE é um processo de transferência dos poderes nacionais a um poder supranacional, pela concordância com as regulações propostas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia.

Sede da União
Europeia em
Bruxelas, Bélgica



FOTO: Internet Pixabay / Domínio Público / CC0

Sites administrados pelo Serviço de Publicações da União Europeia

Além do EUR-Lex, o Serviço de Publicações administra um conjunto de *sites* que provêm acesso digital à informação e dados públicos da União Europeia aos cidadãos, aos governos e ao empresariado. Na lista abaixo, os *links* de alguns deles.

(<https://bookshop.europa.eu/pt/home/>), - EU Bookshop, espécie de biblioteca e livraria *on-line* para as publicações das instituições e outros organismos europeus.

(<https://data.europa.eu>) - Portal de dados abertos da União Europeia - Ponto de acesso único aos dados das instituições e outros organismos europeus.

(<https://ted.europa.eu>) - *TED (Tenders Electronic Daily - Diário Eletrônico de Concursos)* é a versão eletrônica do Suplemento do Jornal Oficial da União Europeia dedicado às licitações públicas europeias. São publicados diariamente no *TED* cerca de 1.700 anúncios de licitações públicas;

(<http://europa.eu/whoiswho/>) - *EU Whoiswho (Quem é Quem)* - Lista de contatos oficial da União Europeia e contém os endereços de todas as instituições e outros organismos europeus.

(<http://cordis.europa.eu/>) - *Cordis (Serviço Comunitário de Informação sobre Investigação e Desenvolvimento)*. Utilizado para divulgar informações sobre todos os projetos de investigação financiados pela UE e os seus resultados.



CLEPSIDRA



Diário Oficial da União, 20 anos on-line

Por Ezequiel Marques Boaventura

No dia 17 de março de 1997, exatamente às 15h30, o *Diário Oficial da União (DOU)* evoluiu ao formato digital. O então Diretor-Geral da Imprensa Nacional, Antônio Eustáquio, em cerimônia que contou com a presença de ministros de Estado, funcionários e colaboradores, colocava o *DOU* na Era da Informação.

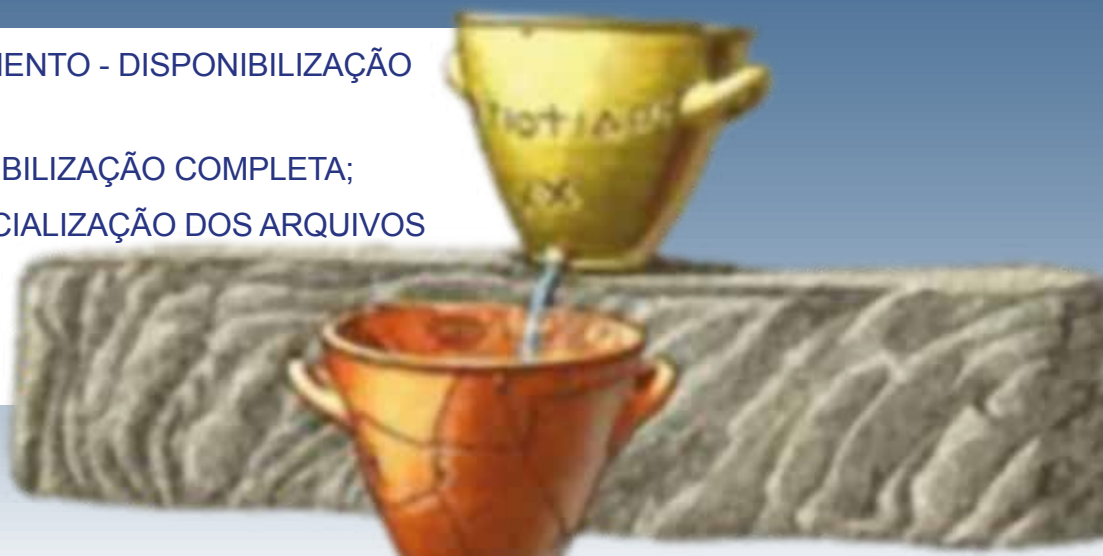
Porém, o impacto inicial da mudança, em um veículo que conquistou a confiança do público em 155 anos de existência, trouxe consigo algumas dúvidas nos clientes que nele publicavam matérias de seu interesse. Alguns questionaram se o conteúdo divulgado poderia ser alterado se os códigos de segurança fossem *hackeados*. Essa e outras questões foram levantadas e levadas em consideração pela equipe de Tecnologia da Informação da Imprensa Nacional.

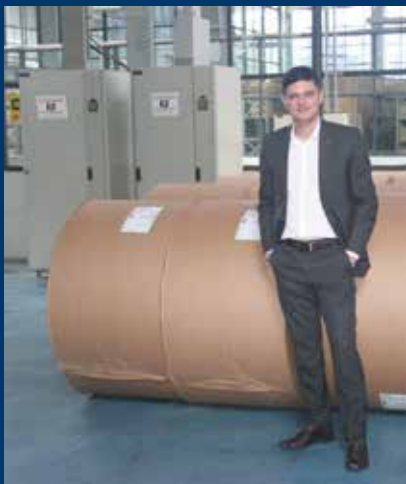
Preocupações com a segurança da informação são pertinentes e relevantes, tanto por parte dos clientes, como do cidadão comum. Porém, depois de 20 anos *on-line* o *DOU* mostrou que a

sua evolução não comprometeu a confiança que a sociedade depositou no diário. Para isso foram necessários cuidados redobrados, não só por parte da equipe que seleciona e edita as matérias a serem publicadas, mas também pelo setor que cuida da infraestrutura física dos equipamentos que dão suporte ao intenso tráfego de dados diário, no acesso dos usuários ao *DOU*.

A disponibilização do *DOU* na Internet possibilita a ampliação e a diversificação do público leitor. A versão digital traz benefícios associados à sustentabilidade ambiental e econômica. Outra vantagem da versão *on-line* diz respeito à comodidade editorial, pois a Imprensa Nacional recebe as matérias através do sistema de envio eletrônico, por usuário previamente cadastrado e certificado digitalmente, o que garante a autenticidade dos documentos transmitidos, de forma que os clientes não precisam desde 2002 se deslocar até a sede do órgão para entregar as matérias.

- **1997** - LANÇAMENTO - DISPONIBILIZAÇÃO PARCIAL;
- **2001** - DISPONIBILIZAÇÃO COMPLETA;
- **2003** - COMERCIALIZAÇÃO DOS ARQUIVOS DIGITAIS.





Por Alexandre Machado *

Em permanente evolução

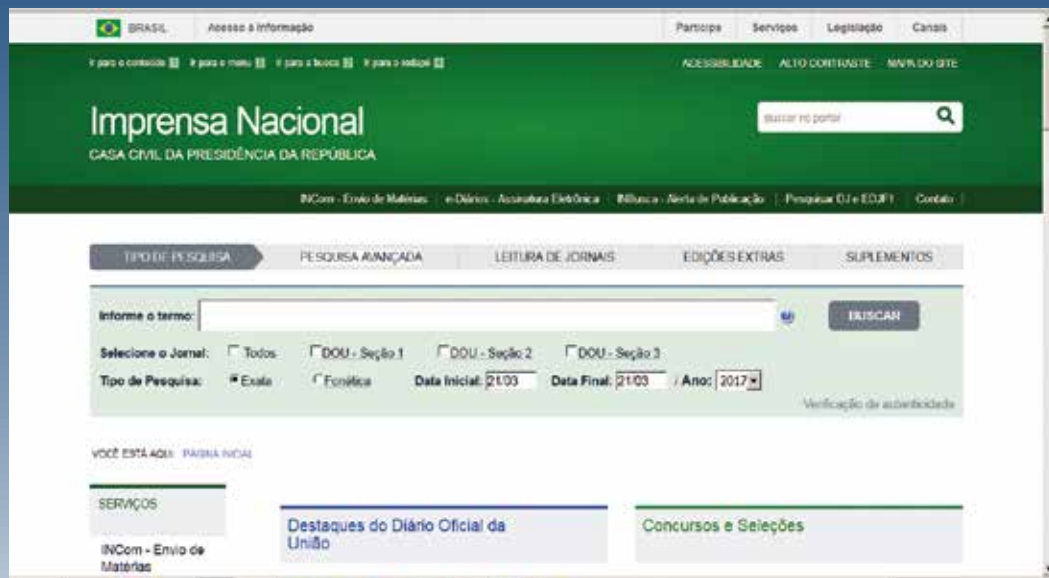
A aquisição, por assinaturas, de imagens do jornal em PDF vigora ainda hoje, porém, a disponibilização gratuita das edições passou a ser feita página a página, em arquivo PDF devidamente certificados digitalmente, conforme os termos do Decreto nº 4.521, de 16 de dezembro de 2002.

As matérias de maior repercussão da edição do dia são destacadas na home do portal (www.in.gov.br) em linguagem e estética jornalísticas. Os destaques de matérias do *DOU* existiam desde 2000, porém, somente oito anos depois o serviço foi reformulado para oferecer ao cidadão um produto atraente, de interesse público e que possibilitasse acesso facilitado ao conjunto das principais ações de governo publicadas naquela edição. Esse novo modelo de disponibilização, que também informa sobre concursos públicos, identifica o *DOU* não apenas como produto da divulgação oficial, mas como veículo estimulador

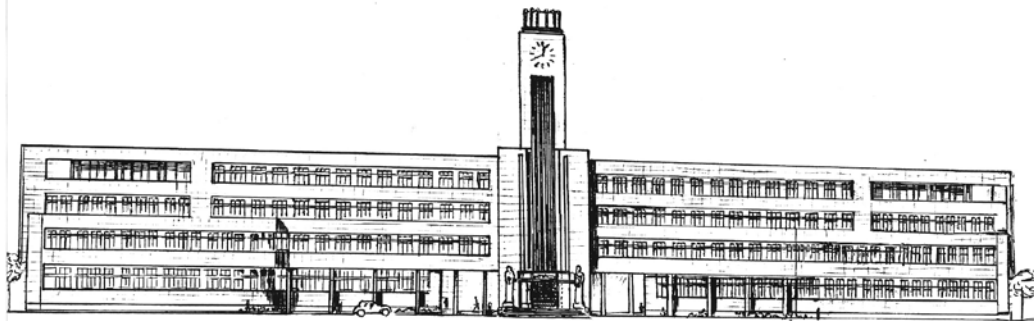
da comunicação pública, que tem como prática o compromisso com a democracia e a construção da cidadania.

Pela relevância do conteúdo disponível ao público, o site eletrônico da Imprensa Nacional é um dos endereços mais procurados do governo, com uma média de 500 mil acessos diários. As informações disponibilizadas são certificadas digitalmente, assim como a própria página, a qual está classificada no nível AAA de acessibilidade, elevando o alcance desse poderoso veículo de comunicação pública. O formato digital ajudou bastante a vida dos que dependem das consultas do *DOU* de forma rápida e diária. Além da certificação digital, que dá maior segurança ao conteúdo veiculado, os recursos de pesquisa disponibilizam as edições desde 1990.

* COORDENADOR-GERAL DE PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA IMPRENSA NACIONAL



Tela inicial do Portal da Imprensa Nacional na Internet



DOU, uma longa história desde o Império

Prestes a completar 155 anos de vida no dia 1º de outubro deste ano, o *Diário Oficial da União (DOU)*, criado pela Lei Imperial nº 1.177 e sancionada em nove de setembro de 1862, circulou pela primeira vez em 1º de outubro daquele ano, quando o então Império brasileiro, por meio de uma deliberação do Marques de Olinda, passou a divulgar os atos legais no Diário Oficial.

Falar da origem do *DOU* nos leva ao período da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil. D. João, então príncipe regente, assinou em 13 de maio de 1808 o decreto que criou a Imprensa Régia no Rio de Janeiro, para imprimir com exclusividade todos os atos normativos e administrativos oficiais do governo. A Imprensa Nacional, à época Imprensa Régia, foi inaugurada no pavimento térreo da casa nº 44, na Rua do Passeio, no Rio de Janeiro, na residência do Conde da Barca. No dia 10 de setembro, quatro meses depois, foi impresso o primeiro jornal do Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*.

O *DOU* acompanhou incólume a história do Brasil, do Império à República Velha, até que em 15 de setembro de 1911 ocorreu um incêndio que destruiu grande parte de suas instalações, inclusive os arquivos de documentos, publicações e o precioso acervo de sua biblioteca.



Imprensa Nacional, na Rua 13 de maio - sede que pegou fogo em 1911



Sede da Rua do Passeio, quando a Imprensa Régia foi criada pelo príncipe regente D. João



Primeiro Diário Oficial, impresso em 1862

Hipertexto, o pilar da Internet

Por Cristóvão de Melo

O Amor
nos tempos
da cólera
na Internet
(página 41)

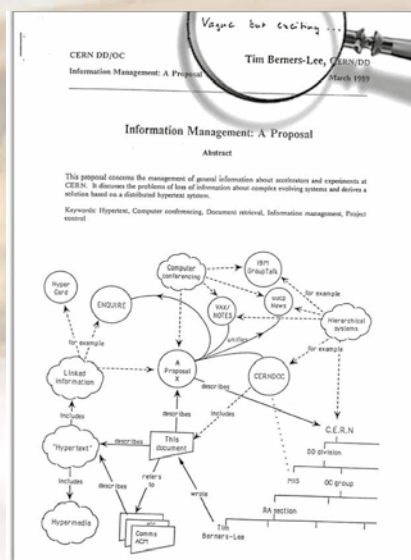
Para a geração que pôde assistir ao surgimento da Internet, muito antes da proliferação dos *smartphones* e das redes sociais, talvez o elemento mais fascinante daquele divisor de águas na história da humanidade tenha sido o *link*, o hipertexto.

Ver box
na matéria
Liberdade
Garantida
(página 9)

O *link* é a pedra basilar da *World Wide Web*. Seu criador, o físico inglês Tim Berners-Lee, utilizou-o como fundamento da linguagem html (*hypertext markup language*), desenvolvida para permitir o compartilhamento, entre cientistas, de textos e imagens. Berners-Lee trabalhava no Laboratório Europeu de Física de Partículas (CERN) em 1989, quando elaborou um projeto que facilitaria o intercâmbio científico de informações entre profissionais do mundo inteiro. Sua proposta teve anuência de seus superiores e ele desenvolveu em 1990 o primeiro programa navegador de Internet, o *World Wide Web* (depois renomeado para Nexus), e o primeiro computador servidor da *Web*.

HIPERIDEIAS - Hipertexto, o pilar da Internet

Proposta original de
Berners-Lee para a criação
da WWW - Copyright
CERN 2008
(<http://copyright.web.cern.ch>)



20 anos do **DOU**
(página 19) e
Do Análogo ao
Digital (página 15)

Em alguns anos, a Internet se popularizou no mundo todo. Páginas com todo tipo de conteúdo, com uma infinidade de assuntos, [páginas pessoais, de empresas e governos](#), multiplicaram-se exponencialmente. Cada documento poderia ser ligado a outro apenas pela utilização de uma marcação simples na linguagem desenvolvida por Berners-Lee. A revolução digital estava ali implantada.

Quem vinha de um mundo analógico, de máquinas de escrever (mesmo eletrônicas) pôde vivenciar a estranheza deste momento revolucionário, a partir de 1994. Utilizar a Web era como adentrar em um labirinto de conexões, de possibilidades infinitas. A metáfora navegar se popularizou, talvez por comparar a imensa quantidade de informação proporcionada pelo advento da Web a um oceano a ser desbravado, muitas vezes com o itinerário sendo mudado a todo instante pela curiosidade preenchida pelo toque do mouse em um *hiperlink*.

O que Berners-Lee conseguiu massificar já era objeto de estudo em vários campos do saber durante todo o Século XX. A conexão entre ideias é objeto de pesquisas de uma enorme gama de ciências, da neurociência à biblioteconomia. Da psicologia à computação.

A neurociência, por exemplo, já determinou que a memória humana se desenvolve pelas conexões entre os neurônios por meio das sinapses (em uma analogia, a sinapse seria o equivalente orgânico do *link*). Um pensamento classificado dentro de uma categoria não se encontra em caixinhas dentro do cérebro, mas em sua associação com outro pensamento, muitas vezes de classificação diferente. É o caso, por exemplo, da associação entre cheiros e lugares, sons e emoções, cores e pessoas.

No mundo pré-computacional, esforços para criar associações e indexações, com

o intuito de facilitar pesquisas e salvá-las para uso posterior se valeram, em seus fundamentos, da lógica associativa do pensamento humano. É o caso do Memex, máquina imaginada por Vannevar Bush nos anos 1940, espécie de repositório eletrônico, em que o usuário poderia aces-



Primeiro servidor da World Wide Web

sar informações em fichas e relacioná-las. A geringonça revolucionária de Bush nunca saiu do papel, mas foi visionária porque reuniu vários atributos que hoje existem na Web. Muitos enxergam nesta ideia o embrião da internet.

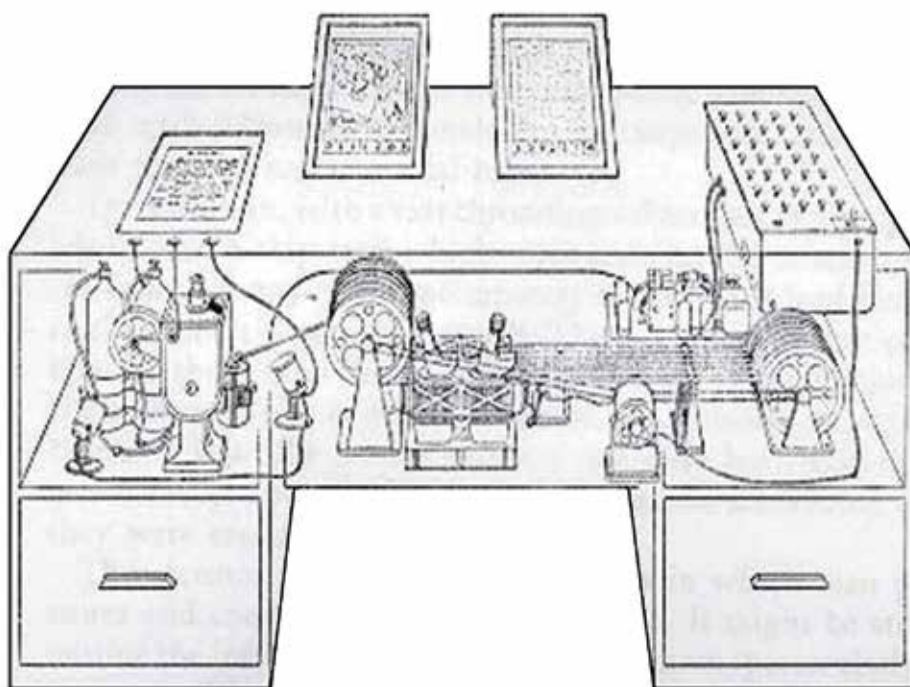


Neurônios em sinapse - Internet Pixabay / Domínio Público / CC0

HIPERIDEIAS - Hipertexto, o pilar da Internet

Sigmund Freud também construiu a Psicanálise sobre o método das “Associações Livres”, pelo qual o paciente era instado a falar aleatoriamente, sem prender-se a um pensamento linear. A obra de Freud utilizou como princípio a característica associativa da memória das pessoas.

“*Linkar*”, associar, conectar, associar, aliar... são verbos inerentes à vida em sociedade. Como diria o filósofo grego Protágoras (480-405 AC); “O homem é a medida de todas as coisas”, numa tradução tecnológica: o hipertexto é a mais simples e mais sofisticada definição da condição humana. Sem ele, a Internet não seria possível.



Desenho do Memex apresentado na Revista Atlantic Month em 1945 e Protótipo elaborado em 2014

GESTÃO

NOVOS RUMOS PARA AS IMPRENSAS OFICIAIS

Amparadas no princípio da publicidade legal e adaptadas aos desafios da era digital, as longevas impressas oficiais brasileiras diversificam seus serviços para manterem-se necessárias em uma nova realidade

Por Pedro Paulo Tavares de Oliveira

Instituídas a partir da criação da Imprensa Régia (atual Imprensa Nacional) em 1808, as impressas oficiais cumprem a missão de publicar e divulgar os atos oficiais dos governos federal, estaduais e, em alguns casos, municipais, por meio dos seus Diários Oficiais. A imensidão de atos oficiais publicados diariamente nesses jornais em forma de decretos, leis portarias, avisos etc., garante transparência e legalidade às decisões governamentais, princípios norteadores da Administração Pública.

Para congregar as impressas oficiais sob o manto de uma entidade defensora do seu fortalecimento institucional, em 1943 funda-se a Associação Brasileira de Imprensa Oficial (Abio), sediada inicialmente no Rio de Janeiro e posteriormente em São Paulo.

A grande maioria das 27 impressas estaduais mantém seus diários impressos, com uma versão em PDF publicada nos respectivos sítios eletrônicos, munida de variadas possibilidades de pesquisa, certificação digital e acessos crescentes. A imprensa oficial de São Paulo, a mais estruturada do segmento, atua com a distinção de autoridade certificadora digital.

A adoção do primeiro jornal totalmente eletrônico começou pela Imprensa Oficial do Mato Grosso (Iomat), em 2008, atualmente uma Superintendência da Secretaria de Gestão, ligada à Secretaria Adjunta de Patrimônio e Serviços, que disponibiliza o jornal do dia a partir da meia-noite. Roberto Sarto, Gestor da Iomat, revela que o internauta pode pesquisar qualquer página do diário oficial mato-grossense publicada no período de 23 de junho de 2006 até hoje. O portal www.iomat.mt.gov.br anota uma média de 9.000 acessos diários, a maioria oriunda do Brasil, mas também com registros do exterior, pela seguinte ordem: Estados Unidos, Índia, Israel, Inglaterra, Canadá, Itália, Portugal, Argentina, Alemanha, Rússia, México, França, Chile, Bolívia, Paraguai e Espanha.

Edições somente digitais foram adotadas em seguida em Pernambuco, Alagoas e Sergipe. A Imprensa Nacional trabalha com a previsão de migrar totalmente para o formato eletrônico a partir do segundo semestre deste ano, ancorada em acessos ao portal que já alcançaram o pico de cinco milhões de páginas visitadas em um único mês.

Nessa dicotomia impresso/ eletrônico, a Abio sugere a lógica de mercado, de modo a não se perder o cliente, em última instância quem de fato determina qual mídia deve ser escolhida. A entidade projeta um futuro vinculado à premente necessidade de acelerar a oferta dos diários em aplicativos simpáticos para cativar o público jovem, de maneira fácil, rápida, transparente e interativa.



GESTÃO - Novos rumos para as impressas oficiais

As assinaturas em papel caem, mas ainda existem assinantes, mesmo desestimulados por uma política de preço mais atraente ao eletrônico. “Esta é a missão: manter os diários oficiais necessários, respeitados e fonte das informações aos cidadãos para que eles exerçam o papel de fiscalizadores”, acentua Luiz Gonzaga Fraga de Andrade, presidente da Abio reeleito agora em março, durante reunião da entidade em Belém (PA), para novo mandato de dois anos. Ele também preside a Empresa Gráfica da Bahia (Egba).

Gonzaga rechaça a prática de forçar o uso da mídia eletrônica com o argumento de promover o bem para o cidadão. “Isto acontecerá de maneira a não trazer prejuízo ao objetivo verdadei-

bência da Subsecretaria de Atos Oficiais, ligada à estrutura da Casa Civil.

A Abio assegura que a publicação de atos de governo e informações de interesse público é cumprida por todas as impressas oficiais, nas diversas instâncias e esferas de poder. De acordo com o interesse e valorização atribuída pelos governos, o leque de atuação se amplia consideravelmente, independentemente de sua configuração jurídica. Desta forma é possível ver departamentos atuando em áreas que sociedades anônimas não atuam e empresas públicas com faturamento superior ao de sociedades anônimas.

Novos serviços — Conforme panorama da própria Abio, a predomi-

O presidente da Abio classifica como desrespeitosa essa atitude do governo do Rio Grande do Sul e acrescenta que a “a Corag é uma empresa superavitária e seus balanços demonstram repasses para o governo, nos últimos anos, de mais de 50 milhões de reais”. A liminar determinou a suspensão imediata de demissões, a continuidade do diário oficial, que teve a versão impressa também extinta — com exceção de uma tiragem mínima para registro oficial —, até o julgamento definitivo.

Bahia e Pernambuco identificaram na gestão de documentos uma nova frente de atuação. A atividade engloba recepção de documentos físicos, triagem, limpeza, recuperação, indexação, arquivamento, guarda, busca, disponibilização, coleta, devolução, aplicação de tabela de temporalidade, digitalização, microfilmagem, arquivo de segurança. “Enfim, uma atividade especializada de apoio e resolução de um problema que aflige a máquina pública: o que fazer com tanto documento físico, onde estocá-los, como consultá-los, etc”, comenta o presidente da Abio.

Outras fontes — Se comparada com outros produtos, a receita obtida com os diários oficiais supera a casa dos 60% em praticamente todo o conjunto das impressas, atingindo o percentual de 90% nos estados de MA, MT, PB e RN. Essa comparação é mais próxima em impressas que adotaram a diversificação de serviços, como BA, PE, SP e RJ, ora na proporção de 60/30%, como alternativa de procurar outras fontes de recursos e sair da dependência da arrecadação majoritária com os diários.

Ano passado, a rubrica “outros produtos” rendeu R\$ 96 milhões para São Paulo e R\$ 19 milhões para a Bahia. A Imprensa Nacional não adota essa distinção. Números da Coordenação de Orçamento e Finanças revelam uma arrecadação global de R\$ 204,6 milhões em 2016, a maior parte cobrada de órgãos federais (R\$ 119 milhões), seguida de estados e municípios (R\$ 63,6 milhões) e agências e entes privados (R\$ 22 milhões).

Sem precisar números de todas as impressas oficiais, o presidente da Abio observa que naquelas de performances verificadas por instrumentos contábeis há boa capacidade de gerar lucros. Indica balanços de 2015 da Bahia e de São Paulo, que faturaram R\$ 62 milhões e R\$ 350 milhões respectivamente. “Se considerarmos as gratuidades utilizadas pelas prerrogativas dos governadores, ou as publicações gratuitas, que variam em quantidade e forma de estado para estado, este lucro ainda é maior”, afirma.



Luiz Gonzaga (primeiro à esquerda) e dirigentes de impressas oficiais reunidos com o governador do Pará, Simão Jatene (na cabeceira da mesa)

ro e único — e que causa temor a alguns incautos — que é disponibilizar a informação de interesse público para todos os brasileiros, usando qualquer forma que faça esta informação chegar ao seu conhecimento”, arremata.

Personalidade jurídica — As configurações jurídicas das impressas oficiais estaduais são distintas. Formam um total de 27 instituições, das quais nove são superintendências (MT, MS, PB, AC, MA, GO, RO, SC, TO); quatro sociedades anônimas (SP, RS, AL e PE); seis empresas públicas (BA, AM, PA, PI, RJ e SE); sete departamentos (ES, AP, PR, RN, RO, MG, e CE). A tendência da Imprensa Nacional é se transformar em autarquia, mas ainda permanece como um órgão da Administração Pública Federal direta, vinculada à Casa Civil da Presidência da República. O Diário Oficial do Distrito Federal é uma incum-

nância do offset sobre o digital é vista somente na atividade gráfica de oito das 27 impressas (AC, AP, CE, PB, PI, RN, RO, SE e TO). Na outra ponta, a diversificação de serviços já é rotina na Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, estados com forte atuação editorial e em serviços de microfilmagem, digitalização e impressos de segurança, além de certificação digital exibida nos diários oficiais.

O Rio Grande do Sul integrava esse seletor grupo até dezembro do ano passado, quando o caldo entornou na Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (Corag), designação da imprensa oficial gaúcha. Lá, a extinção da autarquia, aprovada pela Assembleia Legislativa encontra-se sub judice desde o início deste ano, por determinação do juiz Maurício Schmidt Bastos, da 9ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, conforme noticiou o portal Sul 21.

O CAMINHO DOS ATOS OFICIAIS

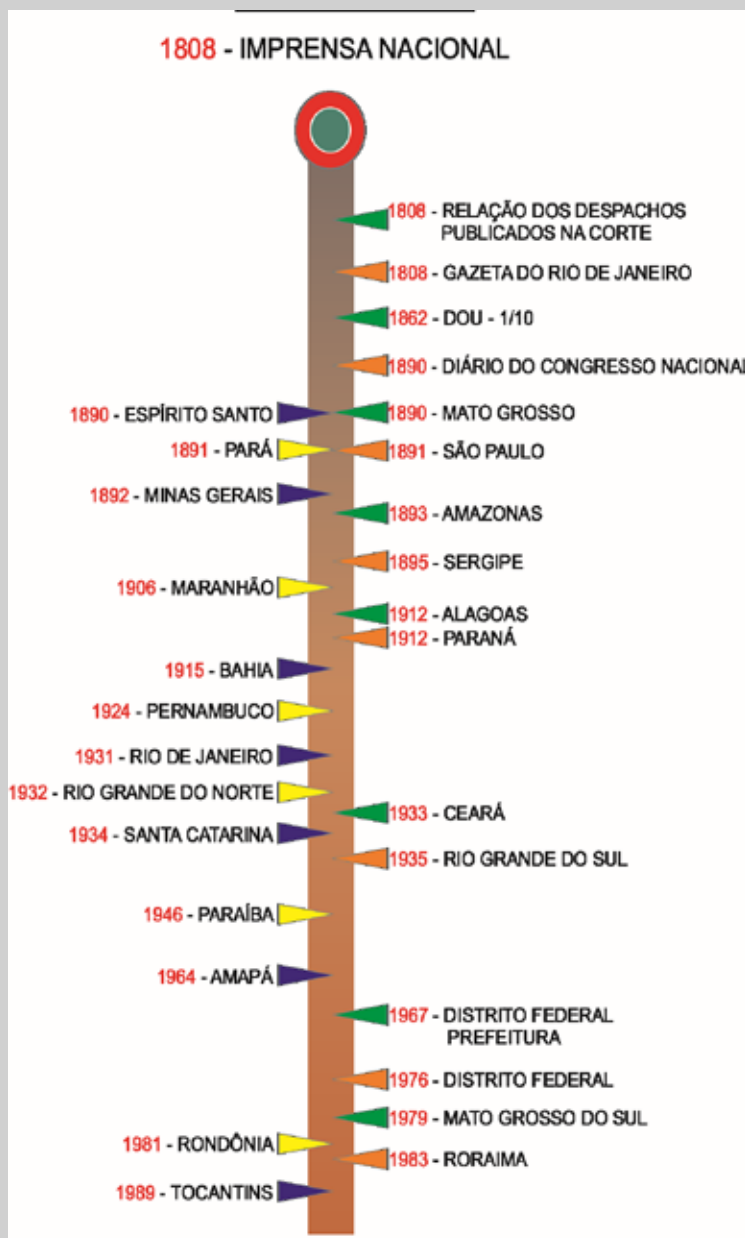
A publicação dos atos oficiais do Estado brasileiro nasceu com a transferência da Família Real portuguesa para a então colônia, no longínquo ano de 1808. Após breve passagem pela Bahia, já instalada no Rio de Janeiro, a Corte promove a criação dos nossos primeiros órgãos públicos. Entre eles, a Imprensa Régia, hoje Imprensa Nacional, criada por decreto de 13 de maio do ainda príncipe regente Dom João, mais tarde Dom João VI, para publicar a legislação, papéis diplomáticos e obras. O simbolismo daquele 13 de maio se completava por também ser a data de nascimento do príncipe.

Da oficina da Imprensa Régia, montada a partir de dois prelos e de 28 caixas de tipos móveis transportadas no porão da Nau Medusa, logo surgiu o primeiro livro impresso no Brasil, também em 13 de maio — “Relação dos Despachos Publicados na Corte pelo Expediente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, no Faustosíssimo Dia dos Anos de S. A. R. o Príncipe Regente N.S.”, já com a publicação de atos oficiais da Corte portuguesa.

Nossa imprensa periódica viria em seguida, em 10 de setembro, com o lançamento da **Gazeta do Rio de Janeiro** pela Imprensa Régia, reconhecido como o primeiro jornal editado e impresso no Brasil. Nele, os atos oficiais pulularam e, após o fim da circulação da Gazeta (1821) foram publicados em jornais comerciais, a exemplo do **Diário Fluminense**, como matéria paga.

Exclusivamente para a divulgação de atos oficiais, em 1º de outubro de 1862 surge o Diário Oficial do Império, atual *Diário Oficial da União*, precursor dos demais diários oficiais dos estados criados com a Proclamação da República, numa lista vasta e encabeçada por Espírito Santo e Mato Grosso, ambos em 1890, mesmo ano de lançamento do Diário do Congresso Nacional. Seguiram-se Pará e São Paulo (1891), Minas Gerais (1892), Amazonas (1893) e Sergipe (1895).

O século XX começa para os diários oficiais no Maranhão, em 1906. Posteriormente, lançam-se os de Alagoas e Paraná (1912), Bahia (1915), Pernambuco (1924), Rio de Janeiro (1931), Rio Grande do Norte (1932), Ceará (1933), Santa Catarina (1934), Rio Grande do Sul (1935), Paraíba (1946), Amapá (1964) Prefeitura do Distrito Federal (1967), Distrito Federal (1976), Mato Grosso do Sul (1979), Rondônia (1981), Roraima (1983) e Tocantins (1989).



Decreto de criação da Imprensa Régia



Primeiro DOU - 1862

Tradição e qualidade em serviços gráficos

Por Rogério Lyra

A Imprensa Nacional (IN) vem, ao longo do tempo, imprimindo a história oficial e preservando a memória da imprensa brasileira. Mas o que pouca gente conhece, fora do âmbito do Governo Federal, são as instalações e equipamentos do parque gráfico da IN que estão prontos para atender com qualidade e eficiência os serviços gráficos direcionados exclusivamente ao setor público.

Os órgãos interessados em produzir seu material gráfico na Imprensa Nacional devem em primeiro lugar encaminhar ofício ao Ministro-Chefe da Casa Civil com o pedido de autorização para a prestação de serviços gráfi-

cos, nos termos do Art. 47, Inciso II, do Anexo I ao Decreto nº 8.889/2016. Após receber a autorização, será necessário também formalizar um Termo de Execução Descentralizada (TED) entre as partes. Esse instrumento tem a força de

contrato e garante o pagamento dos serviços, por meio de transferência de recursos do orçamento.

Após a formalização do TED, o órgão interessado deve encaminhar a demanda estimada de serviços a serem realizados. A área de negócio da Coordenação-Geral de Publicação e Divulgação avaliará a viabilidade técnica dos serviços e, após isso, apresentará um orçamento, encaminhando a proposta ao cliente. Aceita a proposta, o cliente demanda os serviços conforme sua necessidade.

A arte para impressão deve ser enviada em arquivos fechados, do tipo PDF/X1a, para análise dos técnicos de criação da IN, que avaliam formato, resolução das imagens, marcas de corte, entre outros requisitos necessários para abertura da Ordem de Serviço (OS). Todos os trabalhos são realizados por ordem de chegada (data da OS) e disponibilizados aos clientes após o acabamento na Gerência de Expedição, devidamente embalados.



Dobradeira de folhas da seção de acabamento da IN.

NO PRELO - Tradição e qualidade em serviços gráficos

Como encomendar serviços na Imprensa Nacional

1. Encaminhar ofício ao Ministro-Chefe da Casa Civil com pedido de autorização para prestação de serviços gráficos pela IN, nos termos do art. 47, Inciso II, do Anexo I ao Decreto nº 8.889/2016;

2. Firmar Termo de Execução Descentralizada (TED) com a IN e descentralizar o recurso necessário;

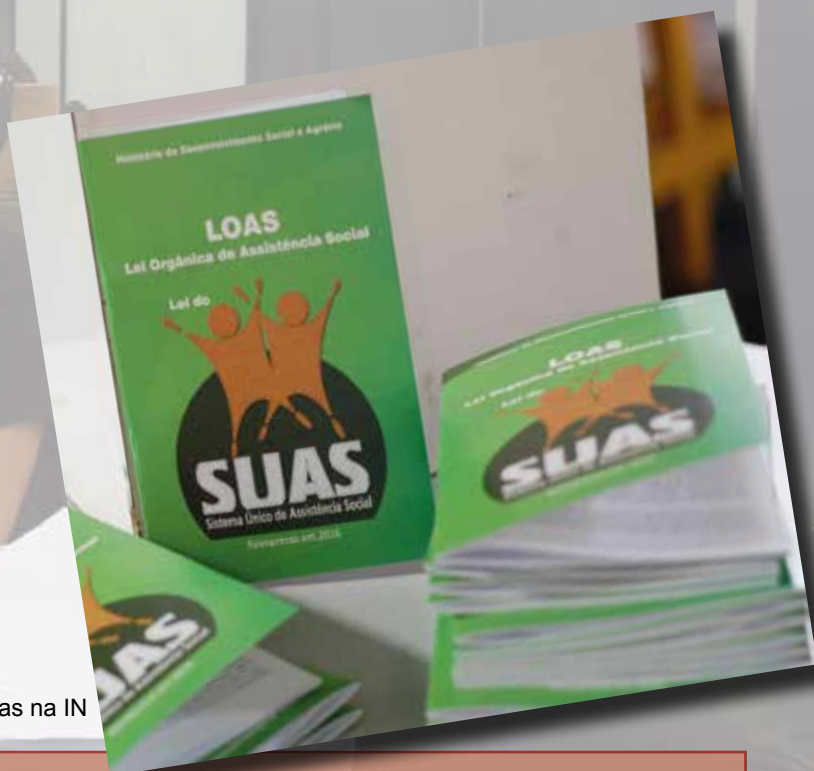
3. Encaminhar demanda estimada de serviços a serem realizados para elaboração de proposta;

4. Submeter os arquivos à avaliação técnica da IN, para abertura de Ordens de Serviço; e

5. Autorizar a execução dos serviços conforme conveniência e necessidade;

Sendo órgão da administração direta, a IN não está sujeita ao regulamento da Lei nº 8.666/1993 para ser contratada, bastando a autorização do Ministro-Chefe da Casa Civil, nos termos do art. 47, Inciso II, do Anexo I ao Decreto nº 8.889/2016.

Cartilhas do SUAS produzidas na IN



Saindo do Prelo

- 1 - Caderno de Orientações Técnicas sobre os Gastos no Pagamento dos Profissionais das Equipes de Referência do SUAS – MDSA
- 2 – Lei Orgânica da Assistência Social – MDSA
- 3 - Política Nacional de Educação Permanente do SUAS – PNEP/SUAS – MDSA
- 4 - Folders – Biblioteca Maria Beatriz Nascimento – Arquivo Nacional – MDSA

Na Fila

- 1 - Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial – MDSA
- 2 – Cartaz – Concurso de Desenho e Redação - CGU
- 3 – Orientações Técnicas – Trabalho Social com Famílias Indígenas – MDSA
- 4 – Caderno de Orientação aos Municípios sobre Regulamentação da Política Municipal de Assistência Social – MDSA
- 5 – Carteiras Funcionais da AGU

NA ERA DA COMUNICAÇÃO LÍQUIDA

Por Rogerio Lyra

O mundo muda e com ele a forma como nos comunicamos. Cartas, telegramas e até o anacrônico fax – que ainda sobrevive, graças a alguns renitentes admiradores de sua “imunidade” aos ataques de *hackers* – são meios de comunicação que ficaram no passado e as novas gerações, em grande parte, nunca usaram, ou mal ouviram falar dessas “pré-históricas” ferramentas que, por muito tempo, deram conta do recado. Hoje, porém, na era da informação, a vida útil de aplicativos, programas e equipamentos de informática é efêmera. A cada temporada, a indústria de alta tecnologia lança novos produtos em substituição aos antigos, movimentando o mercado e alimentando nosso apetite por novidades.

A indústria, aliás, muitas vezes supre o mercado com produtos acima da capacidade de assimilação. Por isso, para não ficar estagnada, fabricando equipamentos de alta durabilidade, criou a obsolescência programada. Essa prática mercadológica faz com que impressoras, celulares, computadores e todos os manufaturados que envolvam alta tecnologia, sejam programados para se tornar obsoletos, ou não funcionais, depois de certo tempo estipulado pelo fabricante. Também os desenvolvedores de *software* e sistemas operacionais, com suas constantes atualizações, corroboram para que os usuários adquiram máquinas cada vez mais potentes, que suportem novos parâmetros. Dessa maneira, o consumidor é forçado a comprar uma nova geração de produtos, ou ficar desatualizado.



SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - Na era da comunicação líquida

Para Roberto Lemos, professor de Mídias Sociais e coordenador adjunto da Pós-Graduação em Marketing Digital do UniCeub em Brasília, essa tendência envolve toda a sociedade, desde os fabricantes, desenvolvedores de *software* e consumidores. “Não podemos dizer que o que existe hoje vai existir no futuro. Veja o Orkut, por exemplo, milhões de usuários, a maioria de brasileiros, até que então surgiu o Facebook, e aí, cadê o Orkut? Sumiu”, explica Lemos. Essa efemeridade das coisas reflete-se, também, nos relacionamentos interpessoais e nas amizades fluídas das redes sociais. O filósofo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017) classificou esse fenômeno como um dos aspectos da Modernidade Líquida.

Na teoria de Bauman, em nossa Era, toda a estrutura rígida do mundo antigo diluiu-se, dando lugar a uma realidade fluida, líquida. A fixidez da época anterior foi substituída pela volatilidade, sob o domínio do imediato, do individualismo e do consumo. Nesse contexto, mais que um sistema, a Internet é um conceito, um novo paradigma social, mudando tudo e todos, permeando-se, fluindo-se em todos os espaços. “As plataformas e mídias vão evoluir de tal forma que não podemos definir agora aonde vamos chegar. Podemos imaginar mil cenários. Por isso, o que eu tento passar para os alunos é a realidade de um mundo onde a comunicação é mais fluida, líquida”, ressalta Lemos.

Nessa nova realidade, o que interessa é estar conectado, o tempo todo, em quantos canais, redes e comunidades possíveis. Seja no tra-

balho, em casa, ou em movimento. Cada vez mais nossas vidas dependem das conexões que fazemos via Internet, numa simbiose entre a vida real e o virtual. Pouco a pouco, máquinas, computadores, tudo em nossa volta criado pelas mãos humanas, tudo e todos estarão conectados. É a Era da Internet das Coisas, ou Internet of Things (IOT – no termo em inglês, ver box). A efemeridade de nossa Era cada vez mais se aprofundará na medida em que avançarmos tecnologicamente, até chegarmos, quem sabe, a um momento de estabilidade, com as estruturas sociais novamente estáveis. Até lá, cabe às empresas, pes-

soas e organizações desenvolverem qualidades como resiliência e a adaptação às constantes mudanças de nosso cotidiano líquido. A forma como nos comunicamos também mudou e a fórmula “emissor–mensagem–receptor” amplia-se, dilui-se em uma miríade de vozes: “Hoje a comunicação está cada vez mais fluida, dialógica. Você posta alguma coisa e logo tem alguém replicando, interagindo, sugerindo, criticando, acrescentando algum dado”, destaca Lemos. Heráclito de Éfeso, filósofo grego (540 -470 a.C.), confirma em sua máxima nossa Modernidade Líquida - Tudo flui, nada persiste, nem permanece o mesmo.

A internet das coisas



O termo cunhado pelo pesquisador britânico Kevin Ashton, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), surgiu pela primeira vez em 1999 numa palestra para executivos da Procter & Gamble, enquanto ele apresentava a ideia de pôr etiquetas eletrônicas nos produtos, facilitando, assim, os trabalhos das áreas de logística e produção com a utilização de identificadores de radiofrequência.

A expressão que estava no título da apresentação representou bem o conceito de um mundo todo interligado. De lá para cá, cada vez mais, a Internet tem se tornado indispensável ao funcionamento de nossas relações pessoais, comerciais e de trabalho. É muito utilizada no lazer e na segurança pública, bem como nos próprios serviços oferecidos, seja no setor público ou privado. Mas o cerne da IOT não é o aumento exponencial do uso dos meios eletrônicos, e, sim, a comunicação simbiótica, a interligação entre máquinas e usuários. No futuro todas as relações e atividades humanas estarão interligadas em uma grande troca de dados na Rede Global de computadores.



FOTO: Rogério Lyra

Da esquerda para a direita, Carolina Vieira (Jornalismo 6º semestre), Katlin Camargo (Arquitetura 5º semestre) e Izabella Saraiva (Publicidade 4º). Estudantes do UniCeub no laboratório de Comunicação.

À ESPERA DO PAPEL ELETRÔNICO

Empresas como as japonesas Sony e Fujitsu, a americana Xerox e a chinesa Guangzhou OED Technologies, estão desenvolvendo o Papel Eletrônico, ou E-Paper. Trata-se de uma mídia que pretende substituir o papel convencional. As vantagens são o reaproveitamento da mídia, que pode substituir as mensagens instantaneamente via conexão *Wi-Fi*, e a sua praticidade.

A ideia é que, no futuro, usuários de jornais, revistas e demais conteúdos, fornecidos por empresas de comunicação, possam ter em mãos uma mídia que agregue a multiplicidade de recursos dos meios digitais com a mobilidade e maleabilidade do papel.

O Papel Eletrônico é mais uma mídia que disputará com outras ferramentas a hegemonia da comunicação em um futuro próximo, mas, enquanto não chega ao mercado global, a velocidade das mudanças ameaça transformá-lo em obsoleto antes de estar à venda.



Modernidade Líquida

Zygmunt Bauman, sociólogo e filósofo polonês, cunhou a expressão Modernidade Líquida, título de um dos seus mais de 40 livros. Com ela, o pesquisador explica o fenômeno da efemeridade das coisas, que vivemos hoje em dia de forma generalizada em diversas esferas da existência. Seja no campo simbólico dos conceitos e valores, seja nas estruturas sociais e até mesmo nos relacionamentos interpessoais. Bauman nasceu em 19 de novembro de 1925, em Poznań, na Polônia, e faleceu em 9 de janeiro de 2017 em Leeds, Reino Unido.

Para Bauman os ideais racionalistas, que ganharam força no Renascimento, começaram a suplantar o pensamento tradicional, rompendo com as formas e os valores da sociedade feudal. Nesse ponto, os paradigmas dos períodos pré-modernos aos poucos foram se dissolvendo, dando lugar a novas formas de organização social. A religiosidade perdeu sua hegemonia sobre a moral e seu poder de arbítrio entre os indivíduos, sendo substituída pela consolidação das leis civis e da ética. O império da razão foi, então, responsável pela maioria das mudanças estabelecidas no período moderno. Esse momento da história Bauman chamava de “modernidade sólida”, pois ainda havia fixidez nas relações sociais entre os indivíduos e as instituições sociais.

A Modernidade Líquida seria o momento em que toda a estrutura social sólida diluiu-se. As relações tornam-se, então, voláteis. Os parâmetros concretos anteriores se dissolvem. É o fenômeno da individualização do mundo, em que o indivíduo se encontra “livre”. A liquidez seria essa inconstância, a efemeridade e a incerteza que a ausência de pontos referenciais fixos e socialmente estabelecidos gera.



Zygmunt Bauman em Berlim (julho de 2015) - Jan Zappner

A Imprensa Nacional em busca de sua reinvenção

Pedro Bertone



Pedro Bertone - Diretor-Geral da Imprensa Nacional - pedrobertone@in.gov.br

A história da Imprensa Nacional é indissociável da história do Estado brasileiro. Pode-se dizer que o Brasil, como nação e organização, nasce de sua elevação a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815, após a vinda de Dom João VI e sua corte em 1808, fugidos das Guerras Napoleônicas.

Dentre as primeiras organizações criadas pela Coroa, já em 1808, estava a Impressão Régia. O órgão,

responsável por publicar os atos administrativos do Estado, foi o mensageiro de todas as transformações importantes da história do nosso País: da independência à Lei Áurea; da proclamação da República à Revolução de 1930; do Estado Novo à República Nova. Do regime militar até a redemocratização. Todas as mudanças econômicas, sociais e de costumes. Tudo registrado pela Imprensa Nacional.

Seu principal meio de comunicação, o *Diário Oficial da União (DOU)*, com-

pleta 155 anos de existência em 2017. Como todo veículo impresso, sofreu as transformações impostas pela revolução digital. No seu auge, nos anos 1980, a Imprensa Nacional produzia diariamente 60 mil exemplares impressos do *DOU*. Hoje, sua tiragem é de cerca de cinco mil unidades.

Há 20 anos a Imprensa Nacional entrou na era da informação, colocando seu portal no ar e disponibilizando a primeira versão do *DOU* na Internet. De lá para cá, o acesso ao

ARTIGO - A Imprensa Nacional em busca de sua reinvenção

DOU se fez completo, a informação publicada ganhou valor legal e os mecanismos de busca oferecem boas opções ao usuário. Atualmente, a edição digital do *DOU* tem mais de 5 milhões de páginas visitadas por mês.

Cada vez mais se faz necessário aprimorar os processos de produção, armazenamento e disponibilização das informações públicas oficiais. Experiências similares ao redor do mundo apontam para a priorização de processos que privilegiem os formatos abertos de conteúdo, a aplicação de taxonomias compreensíveis e amigáveis ao usuário e a utilização de padrões de segurança testados e consagrados.

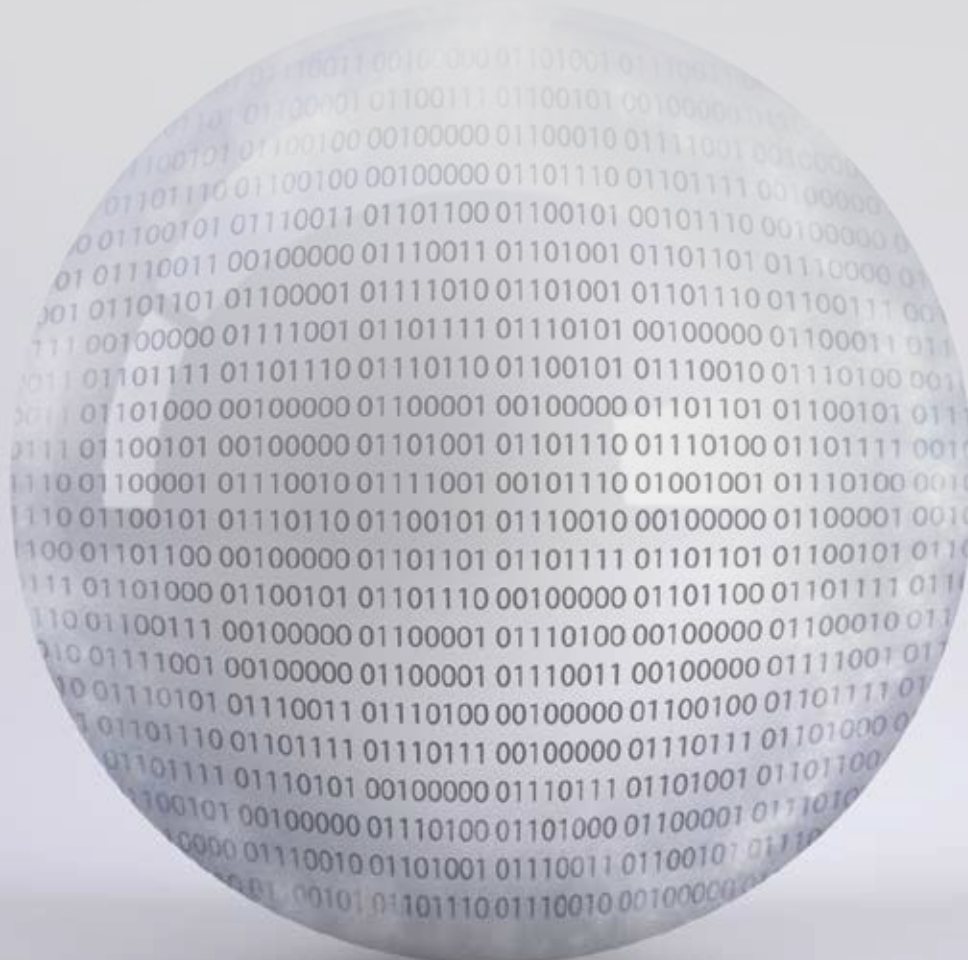
O principal desafio da Imprensa Nacional neste ano é o de descontinuar a versão im-

pressa e robustecer a versão eletrônica do *DOU*. Para isso, a Casa tem buscado aprimorar os procedimentos interinos referentes à elaboração do jornal digital e, ao mesmo tempo, fortalecer e adaptar a área gráfica para produzir, cada vez mais e com melhor qualidade, outros serviços gráficos aos diversos clientes governamentais da Imprensa, pois não podemos nunca nos esquecer da “alma gráfica” desta que foi, com efeito, a mãe de todo o parque gráfico público e privado brasileiro.

Os dois objetivos – o fortalecimento do pilar tecnologia de informação e comunicação e a modernização da gráfica – dependem da conscientização e da participação dos servidores no planejamento estratégico, que definirá os projetos e ações

para o período 2017-2019. Esse processo, que ocorre na Imprensa no primeiro semestre de 2017, é crucial para o futuro da Casa. É o momento para a organização se adaptar às mudanças inexoráveis trazidas pela evolução tecnológica e também uma oportunidade de autorreinvenção como gráfica pública, de modo a prover com excelência a Administração com produtos impressos essenciais.

E, mais que tudo, é o momento em que a Imprensa Nacional reafirmar-se-á, do alto de sua experiência de 209 anos de vida, como receptora, produtora e guardiã das informações oficiais brasileiras, independentemente de formatos adotados, seja no presente, no passado ou no futuro.



O ensino encurta distâncias



Por Deborah Alves
Colaborou Ana Paula Figueiró

Com o surgimento dos meios de comunicação de massa, após a invenção da imprensa de tipos móveis, pelo alemão Johanes Gutemberg (1398 – 1468) por volta de 1440, a forma como transmitimos a informação sofreu uma verdadeira revolução. Livros e manuscritos, antes produzidos artesanalmente um a um, passaram a ser fabricados em larga escala. A expansão e a divulgação das ideias ganharam, então, o mundo, ultrapassaram fronteiras e disseminaram o conhecimento.

CULTURA - O ensino encurta distâncias

Hoje, quase seis Séculos após Gutemberg, as plataformas digitais cumprem o papel de revolucionar a educação no Século XXI. Muitas escolas das redes privada e pública já contam com uma estrutura voltada à melhoria do ensino por meio da tecnologia. E foi com o surgimento da internet que o ensino a distância (EaD), uma antiga modalidade de ensino, ganhou espaço, se modernizou e adaptou-se perfeitamente à era da informação, iniciando, assim, o processo em que os alunos trocam a sala de aula presencial, com professor e lousa, pelas telas de um *desktop*, *notebook*, *tablet* ou mesmo um *smartphone*.

As origens do EaD remontam ao Século XVIII, quando o professor de taquigrafia Cauleb Phillips publicou, em 20 de março de 1728, um anúncio na Gazeta de Boston (EUA), para oferecer um curso por correspondência.

No Brasil, se classificarmos o aprendizado por correspondência como uma forma de EaD, este surgiu ainda no início do Século XX, com cursos de datilografia, publicados em anúncios do **Jornal do Brasil**, em 1904. Nas décadas seguintes, em 1939 e 1941, respectivamente, surgiram os Institutos Monitor e Universal Brasileiro, que ofereciam cursos técnicos das mais variadas especialidades. Em 1978, as Fundações Roberto Marinho e Padre Anchieta produziram o Telecurso 2º Grau, transmitido pelas redes privadas de rádio e televisão.

No âmbito federal, em 22 de setembro de 1996, o Ministério da Educação criou a TV Escola, um canal de televisão educativo, destinado a promover, capacitar e atualizar, de forma permanente, os professores das escolas públicas do País. A TV Escola exibe uma programação com 24 horas diárias de séries e programas educativos. Alguns deles são distribuídos gratuitamente pela internet.

Alunos de EaD da Faculdade Anhanguera



1. O que levou você a optar em estudar na modalidade EAD?

• Para facilitar minha carga horária. Trabalho o dia inteiro, e não dá tempo de ir todos os dias. Por esse motivo, pego folga uma vez na semana, justamente pra fazer a aula presencial.

Mateus Henrique Alves de Oliveira / Recursos humanos / 1º semestre



2. Qual a sua avaliação em relação ao conteúdo e à qualidade do ensino a distância que você cursa?

• Conteúdo excelente! Bem amplo. O portal é bem completo, com videoaulas e cadernos de impressão, para termos mais facilidade com o conteúdo! No presencial você tira suas dúvidas em sala e no EAD temos que correr atrás do tutor *on-line*. O tutor *on-line* sempre tira nossas dúvidas e manda instruções, o que ajuda bastante, e a tutora presencial também tira a maioria de nossas dúvidas.

Adriely Santana dos Santos / Gestão pública / 1º semestre



3. Em sua opinião, existe discriminação em relação ao aluno que cursa aulas presenciais e curso a distância?

• Sim, e muita. Alunos presenciais são vistos como os que estudam mais, por ir todos os dias, e nós que estudamos a distância somos vistos como pessoas que só estão indo para conseguir o diploma. Na verdade, nós temos que nos esforçar mais, por assistir as aulas *on-line* sozinhos, fazer as interpretações, ir atrás de material e muito mais.

Marcia Cristina Pereira da Silva / Serviço Social / 8º semestre

Uma modalidade em ascensão

De acordo com o último Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), divulgado em 2015, o Brasil tem, hoje, 1.393.752 alunos matriculados em EaD. A região Sul ganha destaque nessa estatística em relação ao percentual de matrículas, perfazendo um total de 675.027, garantindo-lhe a primeira colocação no Censo. Um exemplo que chama a atenção é o da Universidade Norte do Paraná (Unopar), com 336.315 alunos matriculados nessa modalidade de ensino. Sozinha, a Unopar detém 24% do total das matrículas em todo o Brasil. Ainda de acordo com o INEP, 233.704 alunos concluíram, em 2015, a graduação a distância no Brasil.

CULTURA - O ensino encurta distâncias

FLEXIBILIDADE E LIBERDADE DE AÇÃO

Se compararmos o ensino convencional com o EaD, a vantagem do segundo frente ao primeiro é a flexibilidade de horários, locais e métodos. Embora o conteúdo seja o mesmo em ambas as modalidades, no EaD o aluno tem maior liberdade de adequar os estudos com a sua disponibilidade de tempo e de local. Outra vantagem do EaD é a utilização de ferramentas de informática, como Internet, chat, fóruns, videoconferências, nas mais variadas plataformas.

Embora esteja separado espacialmente do professor, o aluno de EaD tem à sua disposição uma eficaz combinação de estudo e trabalho, o que permite a permanência do aluno em seu próprio ambiente profissional, cultural e familiar. É o aluno que age como sujeito ativo de sua formação na construção do conhecimento. Ter o privilégio

de decidir quando, como e onde estudar é a característica maior da educação a distância.

Porém, para alcançar resultados satisfatórios nessa modalidade de estudo, os professores alertam que o aluno deve ter disciplina nos estudos e ser organizado, de modo a evitar acúmulo de leituras. O envolvimento e a motivação, como em qualquer curso presencial, são fundamentais para obter bons resultados.

MUDANÇA DE PARADIGMA

Com a evolução dos meios de comunicação, fez-se imprescindível aperfeiçoar essa modalidade de ensino, de modo a adequá-la às novas tecnologias. Surgem, então, os portais educacionais de EaD, que trazem plataformas para o aluno estudar e estar em contato com o professor e tirar dúvidas em tempo real. O formato de aprendizado foi, então, se adaptando às necessida-

des e ao estilo de vida dos alunos, o que possibilitou o estudo a quem antes não tinha condições de fazê-lo por dificuldades de deslocamento ou de horários.

Em sintonia com a mudança de perfil desses estudantes, diversas universidades brasileiras passaram a oferecer centenas de cursos no formato EaD, que antes existiam apenas na modalidade presencial. O aluno, assim, só precisa ir à faculdade para realizar avaliações. O corpo docente é peça fundamental quando o assunto é educação. Com os cursos de EaD não poderia ser diferente. Para isso, professor e didática de ensino também precisaram se reinventar. A reciclagem, o treinamento e a adaptação dos professores às novas tecnologias, como o uso de *software*, *hardware* e redes sociais, têm sido uma constante na vida dos atuais profissionais do ensino.

Paixão pelo EaD

Apaixonada por tecnologia, Cristiane Araújo é professora de cursos na modalidade EaD no Instituto Federal de Brasília. Ela conta que não enfrentou dificuldades quando se viu diante do desafio de lecionar para alunos que estavam do outro lado da tela do computador.

“Inserir tecnologia em minha vida como professora tornou o sentido de lecionar ainda mais interessante. Imagine você poder marcar um *Periscope* (aplicativo de videoconferência para *smartphones*) com seus alunos! Imagine você poder marcar uma videochamada pelo *Messenger* ou *WhatsApp* e a turma (toda virtual) poder se conhecer! Isso é muito legal! Eu amo!”, diz entusiasmada. Para Cristiane, no EaD, além da troca das ferramentas usadas para ensinar, muda também a linguagem utilizada: “Ao utilizar uma linguagem simples e direcionada, o professor consegue prender a atenção do aluno e fazer com que aquilo que ele está lendo seja mais ou menos como se o professor estivesse conversando diretamente com ele. O aluno se sente importante, porque o professor se direciona a ele”, comenta.

Cristiane garante que a qualidade do ensino a distância em nada difere do ensino presencial. “As plataformas EaD dão um suporte excelente para os *coaching* e, com o crescimento rápido das tecnologias, a tendência é ficar cada vez melhor”, esclarece.

Porém, estudar pelas plataformas digitais exige mais dedicação do aluno. Segundo Cristiane, as aulas ministradas nesta modalidade tem uma carga de leitura bastante alta, muitas atividades e sem horários fixos para dedicação aos estudos. O aluno estuda praticamente sozinho e precisa ser disciplinado para acompanhar o andamento do curso.

Essa exigência de maior dedicação não é empecilho aos alunos que procurarem os cursos de EaD, tampouco a idade. Em sua experiência, Cristiane afirma que a educação tem alcançado pessoas que já não tinham mais expectativas quanto aos estudos.

“Pessoas que não tinham perspectiva alguma de estudo, pessoas que ficaram 20, 30, 40 anos afastados de sala de aula, e hoje é possível ver, por exemplo, pessoas da terceira idade participando de vários cursos, como cursos de línguas, cursos técnicos, culinária, coaching, graduação, pós-graduação, extensão universitária e tantos outros, graças ao mundo virtual”, afirma.

FOTO: arquivo pessoal



ATERRO SANITÁRIO DE BRASÍLIA SAI DO PAPEL

Por Ezequiel Marques Boaventura, Deborah Alves, Ana Paula Figueiró, Cristóvão de Melo e Rogério Lyra

Foto: Alexandre Moreno

Inaugurado em 2016, ao custo de R\$44 milhões, o aterro sanitário de Samambaia é uma obra essencial para a adequada disposição dos resíduos sólidos no Distrito Federal. É importantíssimo, mas não é o único equipamento a ser implantado para que a coleta, a triagem e a reciclagem de resíduos alcancem patamares aceitáveis na capital do País.

Entrevista com Paulo Celso dos Reis Gomes – Diretor Técnico do Serviço de Limpeza Urbana do Governo do Distrito Federal (SLU/GDF)

Hoje chamado aterro controlado do Jóquei, conhecido como Lixão da Estrutural, foi por mais de cinquenta anos o lugar de deposição de lixo de todo o DF. Atualmente é uma “torta” de lixo de aproximadamente 30 milhões de toneladas, situada ao lado do Parque Nacional de Brasília, ameaçando as nascentes e os lençóis freáticos da região.

Com a inauguração do aterro de Samambaia, região administrativa do DF, enfim começou a tão esperada desativação do Lixão da Estrutural, prometida desde antes mesmo da Lei nº 12.305, que obriga os municípios brasileiros a terem planos adequados de manejo dos resíduos sólidos.

Como dito, o aterro de Samambaia é apenas o começo, ou o fim, para ser mais exato, de um tratamento correto dos resíduos gerados em um aglomerado urbano. Ali, será enterrado apenas aquilo que, após todos os processos de triagem, não puder ser reciclado.

Como em qualquer grande cidade do mundo – e ademais em Brasília, que reúne características de estado e município – a coleta de lixo requer uma gestão intensa por parte do poder público para que o sistema seja constantemente aperfeiçoado, tanto pela adoção de novas tecnologias, novos contratos

e formas de administração, quanto pela conscientização da população em relação ao tema, que é responsabilidade de todos.

A revista **Imprensa Nacional** entrevistou o diretor técnico do Serviço de Limpeza Urbana do Governo do Distrito Federal (SLU/GDF), Paulo Celso dos Reis Gomes, sobre os projetos e planos do DF para tratamento dos resíduos em Brasília, que começa a mudar a forma de lidar com o lixo e, conseqüentemente, a forma de tratar o meio ambiente.

ENTREVISTA



Paulo Celso dos Reis Gomes

IN: Poderia falar como andam os estudos e políticas de implantação do Plano Distrital de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos?

PC: Os Planos Distritais de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos estão em elaboração pelo Governo de Brasília, com uma empresa contra-

tada para apoiar estes estudos desde o ano de 2016. O Diagnóstico já está finalizado e estamos trabalhando na fase de prognóstico, em seguida finalizaremos a fase de programas, projetos e ações. A previsão é que os Planos estejam prontos no segundo semestre de 2017.

IN: Existe alguma previsão de datas de quando o GDF conseguirá desativar definitivamente o Lixão da Cidade Estrutural?

PC: O compromisso do Governo de Brasília é que o encerramento definitivo das atividades irregulares do Lixão ocorra no segundo semestre de 2018. Mas vale ressaltar que este encerramento já foi iniciado e está ocorrendo de forma gradual para minimizar os impactos

t r a -

balho, renda e segurança alimentar dos catadores.

IN: Com a inauguração do aterro sanitário em Samambaia, qual o percentual de lixo e material reciclável que está sendo tratado?

PC: Atualmente, Brasília trata de forma adequada, aproximadamente, 45% dos resíduos que são coletados. Em torno de 25% passam pelas duas usinas de tratamento mecânico biológico – UTMB (700 toneladas por dia), que geram 150 toneladas por dia de composto orgânico, e das quais os materiais recicláveis são triados por cooperativas de catadores. Aproximadamente 15% passam por duas estações de transbordo e triagem – ETT (400 toneladas por dia), nas quais ocorre a triagem dos materiais recicláveis por catadores. Em torno de 5% (150 toneladas por dia) são coletados pelo

MEIO AMBIENTE - Aterro sanitário de Brasília sai do papel

sistema de coleta seletiva, sendo encaminhados para triagem dos materiais recicláveis por cooperativas de catadores.

IN: Os catadores e as cooperativas de reciclagem de lixo estão preocupados com seus empregos em virtude da desativação do Lixão da Estrutural. Já existe por parte do GDF um projeto de implantar uma política de melhores condições de trabalho e criar centrais de triagem de modo a empregar os catadores e dar-lhes condições dignas de trabalho?

PC: Para dar condições dignas de trabalho aos catadores e possibilitar um aumento na eficiência do trabalho de triagem, o Governo de Brasília elaborou o projeto de construção de sete Centros de Triagem e Recuperação de Resíduos e um Centro de Comercialização. As obras já estão no final do processo de licitação pela Novacap, com previsão de contratação em abril/maio de 2017 e entrega das obras dos CTR escalonada: um em outubro de 2017, dois em novembro de 2017, um em dezembro de 2017 e três em março de 2018 juntamente com o Centro de Comercialização. O orçamento total destas obras é de R\$ 43 milhões. Além dessas obras, em 2016 o SLU contratou quatro cooperativas para realizar a coleta seletiva em cinco Regiões Administrativas do DF e esses contratos ainda estão em vigência. Outra ação realizada pelo SLU foi a Chamada Pú-

blica para contratação de cooperativas para realizar o serviço de triagem de materiais recicláveis para pagamento conforme preço público definido pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA).

IN: Com a implantação do Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010, que regulamentou a Lei nº 12.305, de agosto de 2010, que trata da política dos resíduos sólidos em todo o País, como andam os projetos do SLU e do GDF para o cumprimento desta lei no DF?

PC: O Governo de Brasília está trabalhando em diversas frentes que irão atender às diretrizes da Lei nº 12.305, entre elas: (I) elaboração dos Planos Distritais de Saneamento Básico (PDSB) e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PDGIRS); (II) inauguração do aterro sanitário; (III) construção de sete centrais de tratamento de resíduos (CTR); (IV) contratação de quatro cooperativas para realizar a coleta seletiva; (V) contratação de cooperativas para realizar o serviço de triagem; (VI) projeto de reforma das duas Unidades de Tratamento Mecânico Biológico (UTMB), mantendo os postos de trabalho dos catadores que ali realizam a triagem manual historicamente; (VII) projeto de reforma de três estações de tratamento, mantendo os postos de trabalho dos catadores que realizam a triagem manual historicamente em duas delas e criando novos postos de

trabalho para os catadores na terceira; (VIII) reestruturação do sistema de coleta seletiva, atendendo todo o DF em um sistema misto – áreas com coleta porta a porta e áreas com coleta ponto a ponto - com a perspectiva de aumentar a quantidade e a qualidade de resíduos recicláveis coletados pelo sistema público; (IX) instalação de 244 Locais de Entrega Voluntária – LEV, para que a população possa levar os resíduos recicláveis em pontos de entrega voluntária onde não for implantada a coleta seletiva porta a porta; (X) instalação de 60 Pontos de Entrega de Pequenos Volumes – Papa Entulhos, para que a população possa levar voluntariamente os resíduos da construção civil e, também, os recicláveis.

IN: De que maneira o tratamento adequado de resíduos sólidos e a reciclagem de materiais pode fomentar a economia do DF?

PC: Se o DF conseguisse triar e retirar 100% do material reciclável seco presente nos resíduos gerados pela população – aproximadamente 21.000 toneladas por mês - e eles fossem totalmente aproveitáveis e comercializados para a reciclagem e retorno ao mercado, o comércio desses recicláveis poderia movimentar R\$ 6,3 milhões por mês. Se as indústrias de beneficiamento dos materiais recicláveis fossem instaladas na região, o preço por tonelada tenderia a melhorar e esse montante

MEIO AMBIENTE - Aterro sanitário de Brasília sai do papel

poderia ser maior, podendo até chegar ao dobro, ou seja, R\$ 12 milhões por mês.

Se o DF conseguisse triar e retirar 100% do material orgânico presente nos resíduos gerados pela população – aproximadamente 35 mil toneladas por mês – e eles fossem totalmente tratados por processos similares à compostagem e utilizados na agricultura, com potencial de comercialização, o comércio desse composto orgânico poderia movimentar R\$ 1 milhão por mês. Se a tecnologia de compostagem incorporasse melhorias ao composto – equilíbrio dos nutrientes N, P e K (nitrogênio, fósforo e potássio) - e uma parcela dele pudesse se tornar adubo, o preço por tonelada tenderia a melhorar e esse montante poderia ser maior, podendo até chegar a quatro vezes esse valor, ou seja, R\$ 4 milhões por mês.

Se o gás gerado pelos processos biológicos de degradação da matéria orgânica fosse 100% captado e queimado para geração de energia, (são 300 m³ de metano para cada tonelada de resíduo orgânico tratado), teríamos 10,5 milhões de m³ de metano por mês. Admitindo que o processo de queima desse gás possa gerar 5kw por m³ de biogás, ou seja, 50MW/mês. Essa energia poderia ser gerada e comercializada ou utilizada em plantas públicas para economia do consumo público de energia.



Aterro controlado do Jóquei (Lixão da Estrutural) – Foto: Alexandre Moreno



Aterro Sanitário de Brasília (Samambaia) – Foto: Alexandre Moreno



Aterro Sanitário de Brasília (Samambaia) – Foto: Alexandre Moreno



Usina de compostagem da Ceilândia – Foto Vinícius Andrade

MEIO AMBIENTE - Aterro sanitário de Brasília sai do papel

IN: Para além da separação dos resíduos que pode e deve ser feita pelas cooperativas (se possível, de maneira mecanizada e com um padrão mínimo de equipamentos de proteção à saúde), pode-se imaginar a instalação de indústrias no DF para o processamento de resíduos da construção civil, de reciclagem de vidros, plásticos, papel e madeira?

PC: Para resíduos da Construção Civil, estão previstas seis Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos de Construção Civil (ATTR): É viável a instalação de indústrias para plástico, papelão, madeira, vidro e alumínio. Vai depender da demanda hídrica e energética.

IN: Como aliar a participação dos catadores com a utilização das tecnologias mais modernas e eficientes no tratamento do lixo?

PC: Os Centros de Triagem são semimecanizados e, após a inauguração, vamos testar novas tecnologias para reduzir porcentagens de rejeitos.

IN: Pode-se imaginar a descontaminação do Lixão da Cidade Estrutural por meio de mineração do material ali depositado, alimentando indústrias de reciclagem?

PC: Sim, *Land fill mining* (mineração controlada do aterro) é viável pelo valor do terreno.

IN: É possível gerar energia com os gases no interior do lixão?

PC: É possível, mas difícil, pois não há contenção impermeável no fundo e nas laterais, e aí o gás escapa.

IN: No que se refere ao número de catadores, quantos estão cadastrados nas cooperativas existentes no DF?

PC: O número de catadores é inexato, pois são as cooperativas e associações de catadores quem livremente declaram o quantitativo.

IN: Qual o número de cooperativas cadastradas hoje e qual a abrangência do trabalho delas no quadro social do DF?

PC: São 34 Cooperativas em duas redes: cooperativas Centcoop e Rede Alternativa, ambas com pouca inserção no quadro social. Quatro organizações de catadores estão contratadas pelo SLU para prestar o serviço de coleta em cinco Regiões Administrativas do DF.

IN: Qual a renda média mensal que os catadores con-

seguem extrair mensalmente da coleta do lixo?

PC: É variável. Na Unidade do SLU de Tratamento Mecânico Biológico (UTMB) aproximadamente R\$ 2 mil, no lixão, R\$ 600, nos novos postos de trabalho do centro de triagem aproximadamente R\$ 1.000.

IN: Existem políticas públicas por parte da SLU voltadas ao amparo dessas famílias catadoras de lixo?

PC: O amparo às famílias é feito pela Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos (SEDESTMIDH). O SLU vem trabalhando a profissionalização para contratação das cooperativas.

IN: Qual a importância do papel dos catadores de lixo na manutenção da limpeza da cidade?

PC: Atualmente o DF retira 3,5% de materiais recicláveis de todo o lixo domiciliar exclusivamente por meio do trabalho do catador.



Cooperativa de catadores faz triagem na Usina de compostagem da Ceilândia – Foto Vinícius Andrade

Imprensa Nacional adere à A3P

As últimas conferências sobre meio ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU) têm provocado discussões sobre o futuro de nosso planeta. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) vem, há algum tempo, alertando a sociedade civil, governos e grandes corporações para a necessidade da utilização racional dos recursos naturais. Também por meio do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o mundo tem ficado a par das consequências que o aquecimento global, poluição e desmatamento têm causado a Terra.

Hoje já é consenso entre as nações civilizadas que compõem a ONU que algo precisa ser feito para estancarmos o processo acelerado de degradação ambiental, bem como tentar reverter, se possível, alguns estragos causados pela escalada desmedida de exploração e exaustão dos ecossistemas. Com objetivo de fazer sua parte, em razão desta realidade, a Imprensa Nacional pretende,

por meio do Programa Imprensa Sustentável, aperfeiçoar as ações e práticas sustentáveis da Casa, com os parâmetros da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

A A3P é um programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que visa melhores práticas, padrões de produção e consumo no setor público. Buscando assim estratégias inovadoras com a adoção de critérios, princípios e diretrizes socioambientais. A A3P tem como proposta fomentar a responsabilidade socioambiental na administração pública.

O programa é alicerçado em seis pilares, ou eixos temáticos, a saber: uso racional dos recursos naturais e bens públicos, gestão adequada dos resíduos gerados, qualidade de vida no ambiente de trabalho, sensibilização capacitação dos servidores, compras públicas sustentáveis e construções sustentáveis. A adesão à A3P é mais um passo para a consolidação da Imprensa Nacional como uma instituição responsável socioambientalmente.

Em parceria com os catadores

A Imprensa Nacional já vem há anos trabalhando com cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal. Em novembro de 2016, a cooperativa de catadores de materiais recicláveis, “Coopere”, assumiu o trabalho de coleta seletiva de resíduos sólidos da casa. No dia 28 de dezembro de 2016, a Imprensa Nacional instituiu a Comissão para a Coleta Seletiva Solidária (CCSS), que realiza o trabalho de coletar e descartar corretamente o lixo seco.



Em exposição no Auditório Don João VI, produtos feitos a partir de material reciclado, incluído descartes de papel da gráfica da IN

+PRATICIDADE +TRANSPARÊNCIA +TECNOLOGIA +ECONOMIA

NOVA SOLUÇÃO DE TRANSPORTE

MAIS RÁPIDA, MAIS ECONÔMICA, PROPORCIONANDO
UMA GESTÃO MAIS SEGURA E TRANSPARENTE.



TáxiGov é um inovador sistema de transporte de servidores públicos por meio de agenciamento de táxis. A nova solução atenderá os servidores e colaboradores do Executivo Federal em exercício no Distrito Federal que necessitam se deslocar em função de atividades administrativas.

Além de melhorar a eficiência do gasto público, com economia estimada de R\$ 20 milhões por ano, o TáxiGov trará melhoria dos serviços prestados aos usuários e permitirá maior controle e transparência sobre o serviço de transporte, com informações mais precisas sobre o uso dos veículos.



Para mais informações acesse www.planejamento.gov.br/taxigov

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



O AMOR NOS TEMPOS DA CÓLERA NA INTERNET

Por Pedro Paulo Tavares de Oliveira



Pegue-se a frase “Navegar é preciso, viver não é preciso”, resgatada por Fernando Pessoa dos hábitos de antigos navegadores portugueses, transponha-se para o sentido atual de navegar no ambiente da internet e teremos um retrato fiel da ira visceral reinante na tal rede mundial de computadores. Protegida ou não por falsos perfis e na ânsia de ofender famosos e anônimos, uma horda crescente de internautas despreza o valor da liberdade (viver não é preciso) para manifestar seu ódio a quem julga indigno de coexistir nessa fase e nesse ambiente de maior expansão da nossa comunicação (navegar é preciso), sincronizados nas redes sociais.



Cantada entre nós como refrão da música “Os argonautas”, de Caetano Veloso”, soa até estranho a uma frase impregnada do sentido de liberdade se ver comparada agora às sandices, misoginias, homofobias e outras variáveis preconceituosas de “haters” e “trolls”, como ficaram conhecidos internacionalmente os propaladores do ódio virtual e das consequências reais. São tantos que nem cabe parodiar o filme *Os oito odiados* (2015), de Quentin Tarantino. A não ser que o elenco encabeçado por Samuel L. Jackson atuasse em uma trama chamada “Oito odiados por milésimo de segundo...” Ou, ainda, que surgisse uma dessas séries do Netflix sob o lema “Odeio, logo existo”, e o velho filósofo René Descartes se contorceria no túmulo ante a inversão da sua famosa frase.

Pesquisas brasileiras e internacionais revelam números estarrecedores do comportamento agressivo das pessoas na Internet, extraídas de manifestações odiosas em redes sociais como o *Twitter*, hoje dono de uma audiência de 500 milhões de usuários, e o *Facebook*, com seu 1,8 bilhão de perfis ativos mundo afora. Veja-se o amplamen-

te divulgado dossiê “Intolerâncias visíveis e invisíveis no mundo digital”, revelado em 2016 por obra do projeto “Comunica que muda”, liderado pela agência de comunicação Nova/sb e auxiliado pela plataforma Torabite, para identificar dez principais intolerâncias baseadas na análise de 393.284 menções de internautas brasileiros no *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *blogs* e *sites* na internet.

O racismo ficou no alto do pódio da intolerância (97,6% de citações negativas), acossado pela ideologia política (97,4%), classe social (94,8%), aparência física (94,2%) e homofobia (93,9%). Preconceito recorrente, a xenofobia cresceu 633%, apontada para haitianos e árabes, conforme dados da Secretaria Especial de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça. Denunciar é preciso, calar não é preciso. Impulsionada pelo Marco Civil da Internet, a Justiça brasileira ainda não formou jurisprudência a respeito da matéria, mas já decidiu por pagamento de indenizações, prendeu muitos marmanjos e tirou do ar outros tantos sítios eletrônicos propagadores do ódio.

De onde vem tanto ódio gratuito, sem motiva-

ção outra senão a de agredir por agredir? Do berço, não. “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor da pele, pela origem ou pela religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”, já nos doutrinava Nelson Mandela. Vem da crise política e econômica? Há quem aposte nesta hipótese, mas como explicar a onda de ódio em tempos de bonanças e em países à margem de tais crises? Tim Berners-Lee, criador da Web, tampouco inventou o ódio e seus asseclas. Terá o ser humano odiado antes e se conectado depois?

Certamente a boa literatura nos demonstra que navegar é preciso e viver mais ainda. Como o fez Florentino Ariza, personagem de *O amor nos tempos do cólera*, romance do nobel de literatura Gabriel García Márquez. Em viagem nupcial de barco com a amada Fermina Daza, após esperá-la por “cinquenta e três anos, sete meses e onze dias com suas respectivas noites”, Florentino ordenou ao comandante que refizesse a viagem novamente. E quando o comandante perguntou até quando eles ficariam naquele ir e vir, Florentino Ariza respondeu simplesmente: “Por toda a vida”.

ATENÇÃO PARA OS NOVOS VALORES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS DA IMPRENSA NACIONAL

CENTÍMETRO DE COLUNA PARA PUBLICAÇÃO

R\$ 33,04

ASSINATURAS

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO IMPRESSO - ENTREGA NO DISTRITO FEDERAL (R\$)

PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	49,00	23,00	65,00
TRIMESTRAL	146,00	69,00	196,00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO IMPRESSO - ENTREGA NOS DEMAIS ESTADOS (R\$)

PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	97,00	72,00	116,00
TRIMESTRAL	292,00	215,00	347,00

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO ELETRÔNICO (R\$)

PERIODICIDADE	SEÇÃO 1	SEÇÃO 2	SEÇÃO 3
MENSAL	38,00	38,00	38,00
TRIMESTRAL	113,00	113,00	113,00
SEMESTRAL	226,00	226,00	226,00
ANUAL	452,00	452,00	452,00

O reajuste nos preços cobrados pelo centímetro de publicação e pela comercialização de exemplares e assinaturas do Diário Oficial da União, fixado pela Portaria nº 20, de 1º/2/2017, visa corrigir em parte a defasagem dos valores praticados pela Imprensa Nacional desde 2008.



GOSS URBANITE



Essa rotativa norte-americana testemunhou boa parte da história da Imprensa Nacional. Por mais de 30 anos, nela foram impressos o Diário Oficial da União, o Diário da Justiça, publicações do Superior Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, da Advocacia-Geral da União, entre outros

Foto: Rogério Lyra

<http://www.in.gov.br>

